

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2009

Sumário

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 100, de 07 de outubro de 2009.

A – Conteúdo Geral:

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	3
2. Objetivos e metas Institucionais e/ou programáticos	4
2.1 Responsabilidades institucionais	4
2.2 Estratégias de atuação	7
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	13
2.3.1 Relação dos Programas	13
2.3.2 Principais Ações do Programa	14
2.4 Desempenho Operacional	25
2.4.1 Programação Orçamentária	28
2.4.2 Execução Orçamentária	33
2.4.3 Evolução de Gastos Gerais	45
2.4.4 Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	46
2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais	57
3. Informações sobre recursos humanos da unidade	73
3.1 Composição dos recursos humanos	73
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	79
3.3 Indicadores gerenciais sobre os recursos humanos instituídos pela unidade	80
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	80
4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos ..	83
5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	84
6. Informações sobre as transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	84
7. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	84
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	89
9. Informações sobre Renúncia Tributária	89
10. Operações de fundos	89

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	89
11 B. Determinações e Recomendações do TCU	89
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	91
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	92
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	92

B – Informações Contábeis da Gestão:

1. Declaração de contador responsável pela unidade jurisdicionada	93
2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64	93
3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76	93
4. a) Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais	103
b) Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora)	103
5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito	104

C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins:

13. Empresas públicas, sociedades de economia mista federais e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União	106
a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal	106
b) Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo	107

Relatório de Gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro – 2009

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 100, de 07 de outubro de 2009.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Tabela – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome Completo da Unidade e Sigla	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	
CNPJ	42.266.890/0001-28	
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação Ministerial	Secretaria de Portos – SEP (Medida Provisória nº 483, de 24/03/2010)	
Endereço Completo da Sede	Rua do Acre, 21 – Centro – Rio de Janeiro RJ – CEP 20081-000 Tel: (21) 2219-8600 Fax: (21) 2219-8544	
Endereço da Página Institucional na <i>Internet</i>	www.portosrio.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e Estrutura Organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A CDRJ teve autorizada sua constituição com a publicação do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967. A Companhia tem por objetivo realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com as metas definidas pela Secretaria de Portos – SEP, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro. Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.	
Código de a UJ Titular do Relatório	396001	
Código das UJ Abrangidas	Não Consolida outras Unidades.	
Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	Em Funcionamento.	
Função de Governo Predominante	Comércio e Serviços.	
Tipo de Atividade	Operações Portuárias ou Autoridade Portuária	
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	396001
Código na LOA da UJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	211

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ é a Autoridade Portuária responsável pela gestão do Complexo Portuário do Rio de Janeiro, que compreende os portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O papel institucional da Companhia consiste fundamentalmente no desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

Sob o comando de sua Diretoria Executiva, e em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos – SEP/PR iniciou-se um amplo processo de revisão de métodos e procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da CDRJ, tendo sido elaborados e aprovados pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração, pela Secretaria de Portos - SEP/PR e pelo DEST/MP o Plano de Carreira, Empregos e Salários - PCES e o Plano de Empregos Comissionados - PEC da Companhia, implantados em 2009.

A implantação da “Gestão Portuária por Resultados - GPPR”, em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008, vem sendo tratada como diretriz primordial a ser alcançada pela CDRJ e tem seu principal apoio nos estudos do Planejamento Estratégico em desenvolvimento na Companhia.

Destaca-se a realização de análises de natureza técnica e comercial, no sentido de aperfeiçoar a exploração das potencialidades de geração e ampliação de receitas, tanto com a revisão dos contratos de arrendamento, como com a procura de novos negócios com parceiros em potencial e a ampliação das relações comerciais da Companhia com parceiros de negócios já existentes.

Entre as principais ações da CDRJ, no ano de 2009, estão as finalizações dos estudos de Modelagem Econômica e Financeira para o arrendamento dos Terminais Papeleiro e de Produtos Siderúrgicos do Porto do Rio de Janeiro, e a elaboração e aprovação, pela ANTAQ, do novo Programa de Arrendamento de Áreas e

Instalações Portuárias, conforme estabelecido pelo Decreto 6620/2008. Também deve ser mencionada a nova adequação do PDZ do Porto do Rio de Janeiro, o qual, ainda está em fase de adequação técnico-operacional a respeito da atividade de Offshore, pois, a mesma não possui ainda uma diretriz definida pelas autoridades competentes, como a SEP e ANTAQ.

A CDRJ vem mantendo entendimentos com o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro - INEA, quanto aos licenciamentos dos portos de forma semelhante ao licenciamento de distritos industriais.

No tocante ao processo de execução dos serviços de dragagem dos acessos aquaviários ao Porto de Itaguaí, nos trechos do canal de acesso principal, rota preferencial e bacia de evolução do Terminal de Minério (CPBS), o processo de dragagem foi concluído em 21/10/2009 a contento, alargando o canal de acesso para 200 metros e aprofundando-o para a cota de -20 metros, além da rota preferencial com 200m de largura e profundidade de -14,50m. O volume total dragado foi de 5.201.440m³.

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, formado pelos Portos Públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, registrou, em 2009, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 56.676.334 toneladas. Ressaltamos ainda que a Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, ou seja, opera todas as Naturezas de Carga, Carga Geral, onde está inclusa a carga Containerizada; Granel Sólido e Granel Líquido. Atualmente, o Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore.

Os estudos técnicos já realizados para o desenvolvimento do pré-sal, associados à mobilização de recursos de serviços e equipamentos especializados e de logística, nos permitem garantir o sucesso dessa empreitada.

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 6.769.028 t, no exercício de 2009, e o total de toneladas decresceu 22,9%, em relação ao ano anterior. Fato devido à crise que afetou as siderurgias, refletindo assim na movimentação dos produtos siderúrgicos. O Porto do Rio de Janeiro é um dos principais portos do Brasil e possui uma localização estratégica na malha logística do país, serve como suporte à região que concentra mais de dois terços do PIB nacional e está conectado aos circuitos do comércio internacional. Os sete quilômetros lineares de cais do Porto do Rio de Janeiro são um importante diferencial, pela possibilidade de exploração de toda a sua extensão em face da infraestrutura de serviços e facilidades. O Porto do Rio dispõe ainda de privilegiado sistema logístico integrado, conjugado harmonicamente sua grande vocação turística com o imenso potencial de movimentação de cargas containerizadas. Apresenta também notável capacidade de atendimento às demandas de movimentação de veículos, trigo, e produtos siderúrgicos, entre outras mercadorias. As áreas terrestres abrangem todos os trechos de cais da atracação, ilhas, docas, pontes, armazéns, silos, rampas de Roll-on e Roll-off, pátios,

edificações em geral, vias rodoviárias e acesso ferroviários de circulação interna. O Porto do Rio está dividido em Zonas de Uso, que coincidem com trechos tradicionais do cais: Cais do Caju; Cais de São Cristovão e Cais da Gamboa. A área de influencia deste Porto se confunde com as ramificações do Corredor leste, eixo para o desenvolvimento nacional, de máxima relevância. Trata da integração do sistema de transporte- rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos – e logística de distribuição, para chegar ao interior de regiões altamente produtivas de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia, estados com importante desenvolvimento industrial e agrícola, que apresenta crescentes demandas de transporte de cargas e custos reduzidos para aumentar a competitividade de suas economias. Investimento em infraestrutura e em programas produtivos e de revitalização da zona urbana são marca do universo empresarial e político que envolve a relação do Porto do Rio com toda economia da região e a cidade do Rio de Janeiro.

A movimentação de cargas no cais no Porto de Itaguaí, alcançou, no ano de 2009, a marca de 49.755.062 toneladas, representando acréscimo de 5,4%, em relação ao ano anterior. Os modernos terminais especializados do Porto de Itaguaí o tornaram um dos principais pólos de exportação de minério do país, devemos destacar também os sucessivos incrementos registrados na movimentação de contêineres, demonstrando que o mesmo desfruta de notórias condições para assumir o papel de grande canal de escoamento da economia brasileira e principal porto concentrador de cargas do Mercosul. O Porto de Itaguaí possui grande aptidão para a movimentação de granéis e carga geral, graças aos efeitos do pujante parque siderúrgico instalado no sul do Estado do Rio de Janeiro com as excepcionais condições locais de integração aos modais de transportes rodoviário e ferroviário. Figuram em seus planos de desenvolvimento a formação de parcerias público-privadas (PPP's) visando à instalação de novos terminais de carga, descarga e tancagem de granéis-sólidos e líquidos, área de apoio intermodal e Truck Center, e também de distrito industrial naval.

A movimentação no Porto de Angra dos Reis, em 2009, alcançou a marca de 74.097 toneladas, representando decréscimo de 67,6%, em relação ao ano anterior. Devemos aclarar que este porto, neste exercício, começou a transição de arrendatário e, deu início à estocagem de produtos que serão movimentados, em 2010, na modalidade de operação Offshore, no último trimestre do exercício de 2009, entraram para estocagem 70 mil toneladas de produtos siderúrgicos e tubos. O Porto de Angra dos Reis exerce importante papel na exportação de produtos siderúrgicos e no apoio Offshore relacionado às atividades de prospecção da Bacia de Santos. Também constam nos planos de desenvolvimento do Porto ações estratégicas visando à revitalização urbana e ao melhor aproveitamento dos atrativos naturais e culturais da região. No momento, estão em andamento serviços de dragagem do Canal de Acesso e dos Berços de Atracação do Porto, restabelecendo suas propriedades iniciais.

A movimentação no Porto de Niterói, em 2009, alcançou a marca de 78.147 toneladas, representando acréscimo de 72,5%, em relação ao ano anterior. Os terminais do Porto de Niterói atendem à demanda logística e de cargas, voltados para as atividades Offshore, focados em empresas nacionais e internacionais de óleo e gás que operam no país. O Porto de Niterói importa e exporta equipamentos, peças e cargas em geral e pretende servir ao escoamento da produção do futuro pólo petroquímico que será instalado nas cidades vizinhas, com o objetivo de assumir a maior fatia do mercado, com base mais eficiente de operação logística para as atividades de produção e exploração de hidrocarbonetos nas bacias de Campos e Santos. O Porto de Niterói oferece modernos serviços de abastecimento de água doce – pioneiro na Baía de Guanabara – e óleo diesel para as embarcações atracadas, além de apoio logístico, aluguel de guindaste e empilhadeiras, aluguel de contêineres, escritórios e salas de reunião, tanques de cimento, perfuração e completação.

Considerando a natureza de Carga Geral nos Portos da CDRJ, ressaltamos que o acondicionamento em contêineres representou neste exercício 76% dessa movimentação. O perfil das cargas movimentadas, a exemplo dos exercícios anteriores, apresentou o Minério de Ferro, a Carga Geral Containerizada, Produtos Siderúrgicos e o Carvão, e o Offshore, como os principais itens movimentados.

2.2 Estratégias de Atuação

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os resultados operacionais da Companhia. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

- **Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio**
- **Manutenção da Segurança nos Portos**
- **Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas**
- **Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios**
- **Recuperação Econômico-financeira**
- **Adequação da Infraestrutura Portuária**
- **Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho**
- **Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho**
- **Fortalecimento de Parcerias com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e município**

2.2.1. Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio

Finalidade: Contribuir para a revitalização das áreas portuárias

Ações Propostas: Participação de ações dos governos municipal, estadual e federal relacionadas à formulação e execução de Projetos de Revitalização da infraestrutura das áreas portuárias e ações de responsabilidade social junto a comunidades do entorno da região portuária.

Principais Medidas: Foi realizada a execução parcial do Plano de Recuperação da Infraestrutura Predial, do Edifício Sede da Companhia e do Prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro. Realizou-se a recuperação dos Armazéns 1 ao 4 do Porto do Rio de Janeiro, a fim de otimizar a Estação Marítima de Passageiros. Prosseguiu-se com o desenvolvimento de processos de automação que permitam a conectividade através da Supervia Eletrônica de Dados – SED, visando estabelecer, desenvolver e implementar as interfaces de dados a serem compartilhados entre a Autoridade Portuária, a Autoridade Aduaneira e órgãos reguladores como ANTAQ. Foi realizada também a remediação de contaminação por óleo do cais do Porto do Rio de Janeiro, a partir do monitoramento dos poços, foi possível recuperar o produto em fase livre, encaminhando o efluente do sistema de separação de água e óleo para a caixa separadora da empresa TRIUNFO.

2.2.2. Manutenção da Segurança nos Portos

Finalidade: Aprimorar e manter o status de segurança nos portos administrados pela CDRJ.

Ações Propostas: Elaboração de novo Regulamento da Guarda Portuária; Segurança dos portos no aspecto ambiental através de procedimentos para aquisição ou locação de Sistema Integrado de Segurança. Elaboração do Plano de Emergência da Baía de Guanabara – PEBG, este plano estrutura a cooperação de todos os participantes, atuando no planejamento e execução das operações de combate a derramamentos, reunindo pessoal capacitado e equipamentos específicos, minimizando-se assim danos à população e ao meio ambiente e reduzindo os custos operacionais envolvidos.

Principais Medidas: Implantação do primeiro Centro de Atendimento a Emergências – CAE, no Porto do Rio de Janeiro, com finalidade precípua de pronto atendimento as emergências ambientais, tal como conter derramamentos de óleo e derivados, bem como retirar-los das águas da Baía de Guanabara. Formação de Guardas Portuários

como Supervisores de Segurança Portuária, em curso ministrado pela CONPORTOS, em Brasília-DF. Implantação do Programa de Emissão Veicular de Docas (DOCAR).

2.2.3. Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas

Finalidade: Manter com seus trabalhadores um relacionamento participativo, motivador e voltado para o desenvolvimento contínuo da capacitação de seu pessoal, que crie um desafio permanente de evolução inovadora.

Ações Propostas: Estabelecimento da Política de Comunicação Interna, revisão de procedimentos e práticas de gestão de pessoas, manutenção e melhoria da Política de Benefícios, Recomposição da força de trabalho e Gestão da Carreira Portuária.

Principais Medidas: Foram oferecidos treinamentos e capacitações interna e externas para empregados da CDRJ e Trabalhadores Portuários Avulsos, por meio da parceria com a Fundação de Estudos do Mar – FEMAR e Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEE/RJ. Implantação do novo Plano de Carreiras, Empregos e Salários, PCES, e do novo Plano de Empregos Comissionados – PEC.; Negociação e formalização do novo acordo de trabalho coletivo da CDRJ para o período 2009/2011.

2.2.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios

Finalidade - Identificar e analisar oportunidades de negócios para a CDRJ; estabelecer novas formas de negócio de logística afins à atividade portuária; Atrair novos clientes e parceiros comerciais para os portos da CDRJ.

Ações Propostas: Elaboração de estudos técnicos e de Modelagem Econômica-financeira visando o arrendamento de novos Terminais de Graneis Sólidos e Líquidos do Porto de Itaguaí e dos Terminais de Produtos Siderúrgicos e Papeleiro do Porto do Rio de Janeiro; implementação do Programa de Novos Arrendamentos, através de licitação, dos imóveis fora da área da poligonal do Porto Organizado do Rio de Janeiro.

Principais Medidas: Apresentação e aprovação no CAP da revisão do Plano de Desenvolvimento e de Zoneamento - PDZ dos Portos do Rio de Janeiro e Niterói, bem como a adequação do PDZ e elaboração da nova proposta de poligonal do Porto Organizado de Itaguaí, visando à instalação em suas áreas contíguas do estaleiro e da Base Naval para submarinos nucleares da Marinha do Brasil e a constituição de um Distrito Industrial “Offshore” pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP de Angra dos Reis a retirada de áreas de Zona de Apoio Logístico do Porto Organizado.

2.2.5. Recuperação Econômico-financeira

Finalidade - Desenvolver política de autonomia econômica; Estabelecer uma relação de interação com seus arrendatários na busca de ampliação e fortalecimento de seus negócios; Repactuação de dívidas.

Ações Propostas: Negociação de soluções para o saneamento econômico-financeiro junto ao Governo Federal. Elaboração de Plano de Redução de Despesas. Aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e gestão de receita e despesas. Proposta de acordo de intenções e parceria com a prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, no tocante ao projeto Porto Maravilha, que trará para o próximo ano resultados positivos com relação às obrigações e direitos das partes, tais como, negociações de dívidas, encontros de contas e participação em diversos empreendimentos como parceira comercial.

Principais Medidas: Com objetivo de eliminar o déficit financeiro e aumentar liquidez, a CDRJ adotou medidas tais como o pedido de adesão ao parcelamento da sua dívida fiscal junto à Secretaria da Receita Federal, obtendo o deferimento. Está sendo discutida uma solução para as operações de securitização de contratos, junto ao Tesouro Nacional, através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

2.2.6. Adequação da Infraestrutura Portuária

Finalidade: Buscar junto aos demais modais e aos diversos escalões de governo o desenvolvimento de soluções integradas e ágeis que levem a satisfação de seus clientes e fortalecimento da competitividade dos Portos da CDRJ.

Ações Propostas e Principais Medidas: Continuidade à implantação de novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, acessos aquaviários aos Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Realização de dragagem dos portos e adequação das áreas de operação portuária. A CDRJ focou sua ação em projetos de recuperação de infraestrutura viária, possibilitando a ampliação de pistas, remodelação viária, garantindo um melhor fluxo, assim como disciplinando e agilizando o tráfego no transporte de cargas. O ano foi marcado, também, pelas ações de melhoria da operação portuária para tornar mais seguro o comércio exterior. Destaque fundamental para a CDRJ, foi o total de recursos públicos aplicados pelo Governo Federal, os quais somados aos próprios recursos destinados pela CDRJ e aos aplicados pelos arrendatários em instalações e equipamentos, resultaram na deflagração de projetos imprescindíveis de ampliação, na

manutenção e melhoria da infraestrutura, e no crescimento da oferta de atendimento dos serviços portuários, com novas instalações e ganhos operacionais.

2.2.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho

Finalidade: Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

Ações Propostas: Elaboração de Política de Segurança e Medicina do Trabalho, Formulação de Política de Gestão do Meio Ambiente, Aperfeiçoamento da Política de Segurança Patrimonial,

Principais Medidas: Merecem destaque as atividades relacionadas com a obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens nos Portos da CDRJ com recursos provenientes do PAC; a inauguração do Centro de Atendimento a Emergência (CAE) do Porto do Rio de Janeiro; o prosseguimento da regularização dos processos das licenças de operação, junto ao INEA, dos quatro portos administrados pela Companhia (Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói); Ações junto à CEDAE visando a regularização do sistema de esgotamento sanitário; Realização da coleta de lixo flutuante na ecobarreira do Canal do Mangue.

2.2.8. Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho

Finalidade: Elaboração do Planejamento Estratégico da CDRJ e Implantação de Sistemas de Avaliação por Desempenho.

Ações Propostas: A implantação da “Gestão Portuária por Resultados – GPPR”, em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008, é uma diretriz primordial a ser alcançada. Vem sendo elaborado um novo planejamento estratégico para a CDRJ, bem como, uma proposta de reestruturação empresarial.

Principais Medidas: O Projeto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ” e o envio dos dados levantados à Secretaria Especial de Portos - SEP, também integrante da Portaria SEP Nº 214, atendeu às sucessivas recomendações dos Órgãos de Controle Interno no que tange à criação e definição de metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da CDRJ. Foram enviados à ANTAQ o Termo de Homologação assinado e os dados para composição do Anuário de 2009, com publicação em março de 2010, por meio dos formulários disponibilizados por aquela Agência. Foi realizada a Contratação de serviços de

consultoria e assessoria técnica em planejamento estratégico e plano diretor estratégico com o objetivo de subsidiar a CDRJ na definição e elaboração do Termo de Referência, na elaboração do Edital de Concorrência, na assessoria analítica e orientações estratégicas com vistas à contratação e implantação do “Plano de Reorganização Estratégica, de Gestão e Processos, bem como a itemização de um “Plano Diretor de Estudos e Projetos” que envolva dimensões econômica, físico-territorial, ambiental, legal-regulatória e social. O processo de planejamento estratégico tem ainda como objetivo unificar e disseminar a visão estratégica entre as principais lideranças da organização, melhorando o grau de informação, comunicação e comprometimento das equipes da empresa, envolvendo diferentes níveis de refinamento e complexidade, de acordo com o porte e setor de atuação da organização, podendo estar embasado em informações essencialmente qualitativas ou quantitativas para apoio à tomada de decisões.

2.2.9. Fortalecimento de Parcerias com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e município

Finalidade: Atuar de forma integrada com a sociedade, tendo um engajamento expressivo no desenvolvimento econômico-social da sua área de influência, como geradora de empregos e indutora da atividade econômica.

Ações propostas: Negociar as áreas não operacionais com os governos, proporcionando a geração de receitas complementares integrando a malha urbana. Identificação de áreas pertencentes à CDRJ disponíveis para projetos de Revitalização da Região Portuária, como o Porto Maravilha, do município do Rio de Janeiro.

Principais medidas: Cessão do Pier Mauá para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Termo de Cooperação firmado junto à Fundação Roberto Marinho para a construção do Museu do Amanhã, Restituição de Imóveis junto à Pier Mauá S/A.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

Os seguintes programas e ações integram o sistema SIGPLAN.

2.3.1 Relação dos Programas

Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em InfraEstrutura de Apoio

Tabela – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Apoio às políticas públicas e áreas especiais
Objetivos Específicos	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Gerente do Programa	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Jorge Luiz de Mello
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo	Governo

Programa 1458 – Vetor Logístico Leste

Tabela – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores
Objetivos Específicos	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO
Gerente do Programa	Luiz Antonio Pagot
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Jorge Luiz de Mello
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

2.3.2 Principais ações dos Programas

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Descrição	Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; construção de sistema de esgotamento sanitário, obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc., em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Coordenador nacional da Ação	Empresa Gestora de Ativos
Unidades Executoras	Empresa Gestora de Ativos e CDRJ

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários
Descrição	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da Ação	Secretaria de Portos/PR
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários
Descrição	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Coordenador nacional da Ação	Empresa Gestora de Ativos
Unidades Executoras	Empresa Gestora de Ativos e CDRJ

Ação: Adequar Infraestrutura Portuária – Localização de equipamentos de radiocomunicação e telefonia

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Locação de equipamentos de radiocomunicação.
Descrição	Locação de equipamentos de radiocomunicação para operarem nos portos do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Adequar Infraestrutura Portuária – Prestação de Serviços de Engenharia para racionalização da operação portuária

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover a CDRJ de serviços de engenharia, visando uma logística de operacionalidade na sua excelência, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários

Descrição	Prestação de serviços de engenharia de instalação e manutenção de redes e equipamentos de telecomunicações na CDRJ
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Adequação das Instalações de Controle de Transporte de Carga do Porto de Itaguaí

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Adequar as Instalações de Controle de Transporte de Carga do Porto de Itaguaí aos padrões exigidos
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Combater o risco de entrada e a disseminação do vírus da Influenza Aviária ou de um eventual novo subtipo viral responsável por uma nova Pandemia de Influenza no Território Nacional
Descrição	Gerenciamento do Plano de Contingência a Influenza em áreas Portuárias, de embarque e desembarque de passageiros, bagagens e mercadorias, com a implantação de sistema de Autoclave (Aparelho de desinfecção por meio do vapor a alta pressão e temperatura) e de Escâner, (Equipamento de raios X, para vistorias de mercadorias e bagagens), permitindo a identificação de casos suspeitos e a preparação da sala de quarentena
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Recuperação do Acesso Rodo ferroviário do Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Ampliar a movimentação de carga mediante a recuperação e expansão dos acessos rodoviários e ferroviários, disciplinando e dinamizando as condições operacionais do porto do Rio de Janeiro
Descrição	Ampliação do acesso rodoviário envolve o desenvolvimento de projeto de novo traçado, com sondagens geológicas, levantamentos topográficos, levantamento de desapropriações, indenizações ou reassentamento de famílias, avaliação do impacto ambiental e, as obras de execução de novo traçado. Recuperação das vias férreas na região do Arará, pela concessionária MRS, isolando a faixa de domínio com a construção de muro e passarelas para transposição das linhas por pedestres. Construção de novas moradias para as famílias que atualmente ocupam a faixa ferroviária do Arará
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implantação de Balanças no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Evitar a evasão de receita e o tráfego com sobrecarga, mediante o controle da pesagem dos veículos/carga; garantir a conservação da pavimentação do sistema viário e decorrentes avarias de veículos, equipamentos e carga ao circularem em vias com pavimentação precária.
Descrição	Aquisição e montagem/instalação de 03 (três) balanças rodoviárias e uma rodo ferroviária
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Ampliar a capacidade e modernizar o sistema de energia elétrica e da iluminação do porto do Rio de Janeiro, para atender com qualidade, o aumento do consumo interno oriundo dos novos arrendamentos a serem contratados. Resultados esperados: disponibilidade de energia com confiabilidade, regularidade e racionalidade no consumo de energia. Nível de iluminação adequado às exigências do ISPS CODE
Descrição	Desenvolvimento de projetos de ampliação e modernização das 20 subestações secundárias e do sistema de iluminação da área primária. Ampliar e modernizar a subestação elétrica principal e subestações secundárias do porto. Ampliar a rede de iluminação em conformidade com as exigências do ISPS CODE. Construir redes de linha de dutos subterrânea com instalação dos cabos de média tensão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dragagem de aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e prevenção à ameaça de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Descrição	Implantantação de sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmera de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistemas de controle de acesso e troca de informações entre o responsável da instalação portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos portos ou terminais portuários, cais, canais de acesso e bacia de evolução.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Implantar medidas incluídas no plano de segurança portuária (ISPS-CODE) no porto do Rio de Janeiro
Descrição	Execução de serviços de instalação de portas e portões, recuperação de canaletas dos cabos de guindaste, restabelecimento da iluminação viária do porto, implantação de cercas de perímetros, projeto do portão 24 e serviços de implantação e recuperação de barreiras físicas das instalações portuárias. Implantação de um sistema de informações geo-referenciais no Porto do Rio de Janeiro.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implantação de Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar o Porto do Rio de Janeiro de melhores condições para atracação dos navios e proteção do paramento do cais
Descrição	Proteção do paramento do cais, juntamente com o fornecimento, instalação e reparos nas defensas para o Porto do Rio de Janeiro
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Recuperar as vias internas em virtude do elevado tráfego de veículos pesados que adentram o porto
Descrição	Recuperação das vias internas do porto através da realização de serviços de pavimentação asfáltica da pista interna de acesso à Ilha da Madeira, das pistas 200 e 900, da pista de acesso à subestação principal, ao castelo d' água e ao posto ferroviário, bem como o complemento do acostamento da pista 200
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Implantação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar o porto de Itaguaí de estacionamento de carretas e de área específica para obtenção de permissões de acesso junto à Guarda Portuária, vistoria das carretas, pesagem e apoio logístico para os caminhoneiros, atendendo a crescente demanda do porto de Itaguaí (RJ)

Descrição	Construção de área de estacionamento, e de novas edificações para fiscalização de cargas pela autoridade portuária, fazendária e para a Guarda Portuária com sistema eletrônico de acesso de veículos e pessoas e sistema de gravação de imagens. Construção de instalações de uso público tais como banheiros e abrigos para parada de ônibus
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Construção de Subestação de Energia Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Construir uma Subestação de Energia Elétrica no Porto do Rio de Janeiro
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Recuperação da Pavimentação das Vias Internas do Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Promover a drenagem de águas pluviais e recuperação da pavimentação a fim de evitar a formação de poças melhorando a segurança no trânsito de veículos rodoviários e ferroviários

Descrição	No Porto do Rio de Janeiro (RJ), será realizada a substituição da rede atual de drenagem, concretagem e pavimentação. Ademais, está prevista a implantação de sinalização horizontal e vertical, placas padrão DER, faixas nas pistas de rolamento com tinta termoplástica, placas indicativas de armazéns, terminais e autoridades governamentais, entre outras, nas vias internas e externas, estacionamento, área de operação, atendendo às normas dos setores rodoviários e ferroviários, bem como às normas contidas no regulamento de exploração dos Portos do Rio de Janeiro e Niterói
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza
Descrição	Adotar medidas para a Prevenção e Enfrentamento contra a Pandemia de Influenza
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Itaguaí (RJ)
Descrição	Construir um Terminal para Minérios, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Itaguaí (RJ)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ)
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Salvaguardar o patrimônio da CDRJ visando a expansão do Porto de Itaguaí. Garantir recursos para o pagamento de indenizações quando o mesmo for determinado pelo Poder Judiciário
Descrição	Pagamento de indenização das desapropriações de áreas denominadas Loteamentos Brisamar e Vilar dos Coqueiros, localizados no Município de Itaguaí, destinadas à construção/implantação do Porto de Itaguaí
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proceder a estudos de viabilidade técnica, comercial e ambiental para subsidiar os projetos de aprofundamento do Porto e os arrendamentos de áreas
Descrição	Elaboração de projetos de proteção ao meio ambiente e de viabilidades econômica e comercial, objetivando subsidiar os projetos de aprofundamento do Porto e os arrendamentos de áreas operacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR

Coordenador nacional da Ação	Secretaria de Política Nacional de Transportes
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Atender à necessidade de escoamento de diversos investimentos em implantação no Estado do Rio de Janeiro, tais como siderúrgicas, usinas de placas, complexo petroquímico, entre outros
Descrição	Dragagem de, aproximadamente, 14,48 milhões de m ³ promovendo o alargamento do canal de acesso principal e bacia de evolução do Porto, do trecho com 150 m para 200 m de largura e aprofundamento, do calado, de - 18 m para - 20 m. Adicionalmente, será feita a dragagem de aprofundamento do prolongamento do canal de acesso à CSA para - 17,5 m e alargamento para 170 m
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Portos/PR
Coordenador nacional da Ação	CDRJ
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Adequar Infraestrutura Portuária – Assessoria e Consultoria Técnica de Engenharia para racionalização da operação portuária

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover a CDRJ de estudos e projetos de engenharia, visando uma logística de operacionalidade na sua excelência, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	Assessoria e consultoria técnica em engenharia para os portos da CDRJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CDRJ
Coordenador nacional da Ação	Secretaria de Portos/PR
Unidades Executoras	CDRJ

Ação: Adequar Infraestrutura Portuária – Implementação das obras no Porto de Angra dos Reis.

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover o Porto de Angra dos Reis de uma logística de sinalização e segurança em sua malha viária, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	Sinalização vertical e semaforica do Porto de Angra dos Reis.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CDRJ
Coordenador nacional da Ação	Secretaria de Portos/PR
Unidades Executoras	CDRJ

2.4 Desempenho Operacional

Indicadores Operacionais

1 – QUOCIENTE DE LIQUIDEZ

Evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros.

1.1 – LIQUIDEZ CORRENTE

						2009				2008			
FORMULA			ATIVO CIRCULANTE			81.360	=	0,12		169.823	=	0,37	
			PASSIVO CIRCULANTE			663.167				462.285			

Este quociente de R\$ 0,12 em 2009 (R\$ 0,37 em 2008), revela que a CDRJ possui no Ativo Circulante recursos insuficientes para pagar todas as obrigações de Curto Prazo, necessitando a empresa gerar recursos próprios ou de aporte financeiro da União de Curto Prazo para saldá-las.

1.2 – LIQUIDEZ GERAL

						2009			2008		
FORMULA		ATIVO CIRC + ATIVO NÃO CIRC. REAL.LP				311.139	=	0,24	163.572	=	0,13
		PASSIVO CIRC + PASSIVO NÃO CIRC.				1.275.818			1.305.212		

Evidencia que os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e Ativo não Circulante são insuficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, a empresa tem R\$ 0,24 (R\$ 0,18 em 2008) para cada Real de obrigação total, encontrando-se em situação de insolvência, pois os capitais de terceiros (obrigações totais) financiam todo o Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

1.3 – LIQUIDEZ IMEDIATA

						2009			2008		
FORMULA		DISPONIBILIDADES				41.643	=	0,06	83.010	=	0,18
		PASSIVO CIRCULANTE				663.167			462.285		

A interpretação deste quociente revela a capacidade de liquidez imediata, ou seja, quanto a CDRJ possui de dinheiro em Caixa, Bancos e em Aplicações para saldar seus compromissos de Curto Prazo, (R\$0,06 e R\$0,18 para cada R\$1,00 em dezembro de 2009 e 2008), respectivamente.

2 – QUOCIENTES DE RENTABILIDADE

Os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica obtida pelo capital investido na empresa através do confronto entre contas ou grupo de contas da Demonstração do Resultado do Exercício com os do Balanço Patrimonial.

2.1 – GIRO DO ATIVO

						2009			2008		
FORMULA		RECEITA LÍQUIDA				205.221	=	0,19	178.428	=	0,15
		ATIVO TOTAL				1.058.232			1.199.494		

Este quociente evidencia a proporção existente entre o volume de serviços prestados (Portuários, Arrendamentos e Pesquisa), e os investimentos totais efetuados na empresa, isto é, quanto a empresa faturou para cada real de investimento total. (R\$ 0,19 em dezembro de 2009 e R\$ 0,15 em dezembro de 2008 para cada R\$1,00).

2.2 – MARGEM LÍQUIDA

					2008				2008		
FORMULA		LUCRO/PREJ. LÍQUIDO	X 100		(134.345)	=	-65%		(228.566)	=	-128%
		RECEITA LÍQUIDA			205.221				178.428		

Os exercícios de 2009 e 2008 indicam que a situação é negativa e portanto, não é suficiente para cobrir os custos necessários à sua obtenção.

3 – QUOCIENTES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS

Servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os Capitais Próprios e os Capitais de Terceiros.

3.1 – PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

					2009				2008		
FORMULA		EXIGÍVEL TOTAL	X 100		1.275.818	=	-586%		1.305.212	=	-1235%
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			(217.586)				(105.718)		

Este quociente revela qual a proporção existente entre Capitais de Terceiros e Capitais Próprios, isto é, quanto a empresa utiliza de Capitais de Terceiros para cada Real de Capital Próprio.

Pelos índices apresentados, verifica-se que a participação de Capitais de Terceiros na empresa se apresenta superior ao Capital Próprio, mostrando a dependência financeira junto aos credores.

3.2 – COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

					2009				2008		
FORMULA		PASSIVO CIRCULANTE	X 100		663.167	=	52%		462.285	=	35%
		EXIGÍVEL TOTAL			1.275.818				1.305.212		

Este quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada Real do total das obrigações existentes.

O Decreto nº 6.647/2008 aprovou o PDG para o exercício de 2009 no valor de R\$ 164,5 milhões.

A 1ª reprogramação dos valores do PDG foi aprovada pelo Decreto nº 6.914/2009, passando para R\$ 333,3 milhões.

Em Despesas de Capital nessa reprogramação foram incluídos, como reabertura de créditos ao Orçamento de Investimentos, o valor de R\$ 78,5 relativos aos Saldos Financeiros de recursos do Tesouro apurados em 31/12/08, aos créditos inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Em Despesas Correntes foram incluídos R\$ 90,3, (Pessoal - compl p/ PCES, Tributos e Dividas Judiciais) ajuste necessário para recomposição do corte de R\$ 82,0 milhões (Decreto nº 6647/08) promovido pela SEP na Proposta inicial e que seriam para cobertura de despesas judiciais.

O Decreto nº 7.035/09 aprovou uma nova reprogramação dos valores do PDG que totalizou R\$ 648,9 milhões, tendo como principal alteração a inclusão de recursos abertos pela Lei nº 12.178 de 29/12/09 para aumento de capital com a finalidade de quitações de débitos previdenciários, tributários e do Portus, no valor de R\$ 287,7 milhões e ajustes nas rubricas Tributos e Dividas Judiciais no valor de R\$ 27,9 milhões.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 11.897/08 (LOA-09) em 10/03/2009.

Receitas

Em R\$

Decretos	PDG	Própria	Tesouro	Total
6.647/2008	Dotação Inicial	191.856.430	3.500.000	195.356.430
6.914/2009	1ª Reprogramação	258.471.506	19.434.643	277.906.149
7.035/2009	2ª Reprogramação	258.471.506	307.134.643	565.606.149

As Receitas Correntes inicialmente previstas no total de R\$ 191,8 milhões foram reprogramadas pelo Decreto nº 6914/09 para R\$ 258,4 milhões, ajustadas pela previsão média do IGP-M para o período. Esse mesmo valor foi mantido na reprogramação aprovada pelo Decreto nº 7035/09.

A expectativa de aumento no faturamento do Contrato 54/97 da empresa CSN no montante de R\$ 42,0 milhões, foi a principal responsável pela elevação da receita, conforme detalhamento no item 2.1.1.

A Receita de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido foi inicialmente aprovada no valor de R\$ 3,5 milhões. Reprogramada para R\$ 19,4 milhões, com a inclusão do Decreto s/nº de 30/01/09 (R\$ 9,7 milhões), da Lei 11.981/09 (R\$ 70 mil), reaberturas de Restos a Pagar na Lei 12.043/09 (R\$ 7,7 milhões) e cancelamento de recursos promovidos pela SEP (1,5 milhões). Posteriormente, numa nova reprogramação foi incluída a Lei nº 12.178/2009 (R\$ 287,7 milhões) referente a recursos aprovados para saneamento financeiro, passando a previsão de receitas para R\$ 307,1 milhões.

Os demais recursos que complementam o PDG são: variações do capital de giro e do disponível.

1.1 - Quadro PDG/2009

QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2009 (janeiro a dezembro)

ITEM ORÇAMENTÁRIO	Decreto nº 7.035/2009 (A)	Compromissado até dez/09 (B)	DIFERENÇA (A-B)	% (B/A)	REALIZADO até dez/09 (C)	% (C/A)
DESPESA						
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	561.095.083	268.582.098	292.512.985	48	255.493.635	46
PESSOAL	192.656.525	96.482.341	96.174.184	50	96.271.175	50
MAT. CONSUMO	1.752.783	441.828	1.310.955	25	401.624	23
SERV. TERCEIROS	49.145.652	24.729.935	24.415.717	50	21.613.771	44
UTIL. SERVIÇOS	9.577.719	7.787.445	1.790.274	81	7.432.800	78
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	27.210.452	21.362.514	5.847.938	79	19.854.808	73
JUROS DE FINANC.	1.200.000	931.350	268.650	78	931.350	78
ALUGUÉIS	1.461.900	1.055.334	406.566	72	864.016	59
MULTAS E ENCARGOS FINANC	53.497.673	2.931.770	50.565.903	5	2.931.719	5
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	15.416.000	12.208.168	3.207.832	79	11.799.438	77
DIVIDA JUDICIAL CIVEL	102.941.874	98.674.938	4.266.936	96	91.854.234	89
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	106.234.505	1.976.475	104.258.030	2	1.538.700	1
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	87.827.719	58.971.192	28.856.527	67	44.810.074	51
AMORTIZAÇÃO	1.650.000	1.406.724	243.276	85	1.406.724	85
INVESTIMENTOS	86.177.719	57.564.468	28.613.251	67	43.403.350	50
Recursos Proprios	4.200.000	2.748.828	1.451.172	65	1.538.785	37
Recursos do Tesouro	81.977.719	54.815.640	27.162.079	67	41.864.565	51
1-Recursos - 2009	2.070.000	1.117.581	952.419	54	490.044	24
1.1- Orçam Fiscal-09	2.070.000	1.117.581	952.419	54	490.044	24
2- Exerc Anterior/Restos a Pagar	17.364.643	124.118	17.240.525	1	0	0
2-1- PPI-Restos a Pagar-07	16.106.723	124.118	15.982.605	1	0	0
2-2- PPI-Restos a Pagar-06	1.257.920	0	1.257.920	0	0	0
3 -Saldo Financiero Exerc Anteriores	62.543.076	53.573.941	8.969.135	86	41.374.521	66
3.1-Saldo Financ Exerc/2008	42.188.497	41.407.227	781.270	98	37.744.472	89
3.2-Saldo Financ Exerc-Outros	20.354.579	12.166.714	8.187.865	60	3.630.049	18
I - TOTAL DAS DESPESAS	648.922.802	327.553.290	321.369.512	50	300.303.709	46
RECEITA	Decreto 7.035/2009 (A)	Faturado até dez/09 (B)	Diferença (A-B)	%	Arrecadado até dez/09	%
RECEITAS CORRENTES	258.471.506	237.771.096	20.700.410	92	207.729.923	80
1 REC. OPERACIONAL	228.468.566	218.501.133	9.967.433	96	201.682.389	88
2 REC. NÃO OPERAC.	20.967.670	11.404.738	9.562.932	54	6.047.534	29
Aluguéis	7.028.241	8.093.976	-1.065.735	115	0	0
Outras não Operacionais	13.939.429	3.310.762	10.628.667	24	6.047.534	43
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	9.035.270	7.865.225	1.170.045	87	0	0
4 REC. AUM. PATRIMONIO LIQUIDO	307.134.643	7.791.879	299.342.764	3	7.791.879	3
Orçamento Investimentos	19.434.643	7.791.879	11.642.764	40	7.791.879	40
Custeio	287.700.000	0	287.700.000	0	0	0
5 VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	83.316.653	83.316.653	166.633.306	100	83.009.794	100
II -TOTAL DOS RECURSOS	648.922.802	328.879.628	320.043.174	51	298.531.596	46
Varição de Execução (II - I)		1.326.338			-1.772.113	

1.2 – Quadro PDG/2009 – Usos e Fontes

2 - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS/PDG Execução Orçamentária - janeiro a dezembro de 2009

R\$1,00

Execução Orçamentária - 2009 (janeiro a dezembro)											
FONTES				USOS							
	Decreto 7.035/09	Rec. Executada	%		Decreto 7.035/09	Dot Disponib	%	Desp Empenhada	%	Desp Executada	%
Faturamento	258.471.506	237.771.096	92	Pessoal	192.656.525	95.595.801	50	96.269.531	32	96.271.175	32
Adiant Receita	0	0	0	Material de Consumo	1.752.783	416.139	24	402.184	0	401.624	0
Sub	258.471.506	237.771.096	92	Serviços Terceiros	49.145.651	22.024.847	45	21.725.297	7	21.613.771	7
				Utilidades Serviços	9.577.719	7.457.827	78	7.436.722	2	7.432.800	2
				Tributos	27.210.452	19.870.891	73	19.867.378	7	19.854.808	7
				Juros/Amorti Divida	2.850.000	2.338.074	82	2.338.073	1	2.338.073	1
				Outros Disp Correntes	161.194.078	5.559.595	3	5.439.483	2	5.334.435	2
				Sub (1)	444.387.208	153.263.174	34	153.478.669	51	153.246.686	51
				Divida Jud. Trabalhista	15.416.000	11.801.268	77	11.799.439	4	11.799.438	4
				Divida Judicial Cível	102.941.874	91.854.380	89	91.854.234	30	91.854.234	31
Var Cap Giro/Disp Inicial	83.316.653	83.316.653	100	Invest Rec Proprios	4.200.000	1.542.825	37	1.538.785	1	1.538.785	1
Rec Tes - Custeio	287.700.000	0	0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	62.543.077	62.543.076	100	43.281.204	14	41.374.520	14
Total Recursos	629.488.159	321.087.749	51	Total Dispendios	629.488.159	321.004.723	51	301.952.330	100	299.813.664	100
Rec Tes Invest	19.434.643	7.791.879	40	Inv Rec Tes do Exerc	19.434.643	7.772.336	40	490.064	0	490.044	0
Total do Exercício	648.922.802	328.879.628	51	Total do Exercício	648.922.802	328.777.059	51	302.442.394	100	300.303.708	100
	(Rec Fatur/Prev Rec%)		51%		(Dot Disp/Dot Estimada %)		51%				

2.4.2 Execução Orçamentária: Orçamento de Investimentos CDRJ/2009

Créditos Aprovados

Previsão Legal	Dotação Aprovada	
Lei 11.897/2008 - LOA	7.700.000	
	Suplementação	Cancelamento
Dec. s/nº, de 30/01/09	10.415.980	0
Lei 11.981, de 09/07/09	70.000	0
Dec. s/nº, de 04/06/09	9.360.173	0
Lei 11.993, de 27/07/09	39.640.772	0
Lei 12.043, de 09/10/09	7.655.663	0
Lei 12.047, de 09/10/09	0	(1.500.000)
Lei 12.161, 29/12/09	12.835.131	0
Subtotal	79.977.719	(1.500.000)
TOTAL	86.177.719	

Fixado inicialmente, pela Lei 11.897 de 30 de dezembro de 2008 (LOA-09), para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 4,2 milhões com recursos próprios. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 11.897/08 (LOA-09) em 10/03/2009.

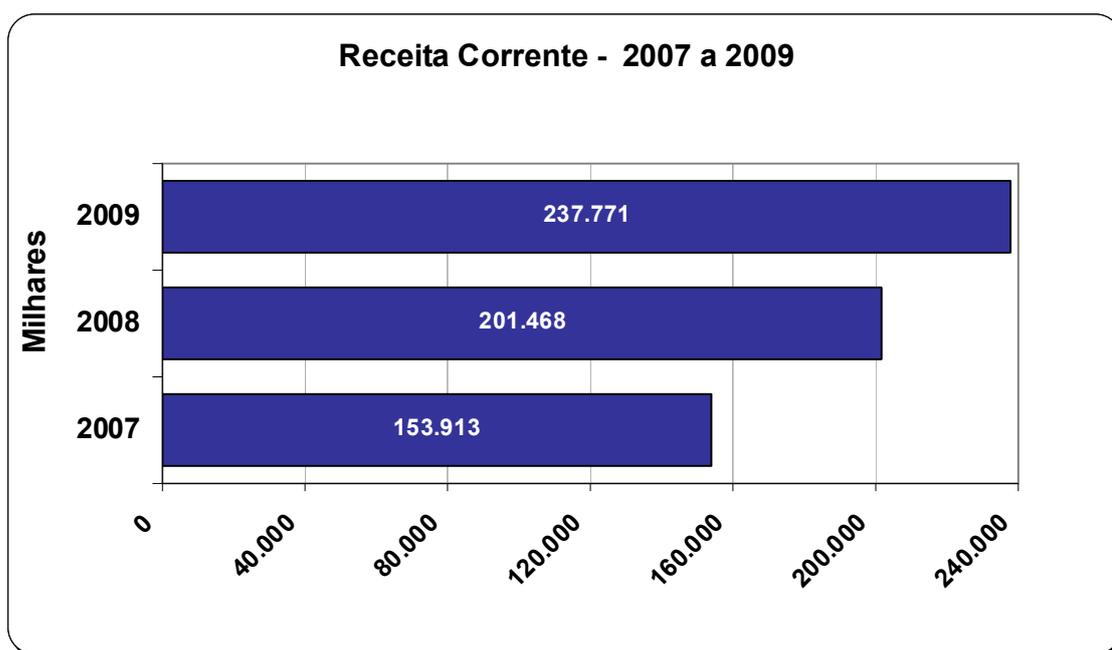
Reprogramado para R\$ 86,1 milhões, com a inclusão de suplementações e cancelamentos no decorrer do exercício, detalhados no quadro acima. Apresentou execução de R\$ 43,4 milhões (50%). A demora na reabertura dos créditos foi razão preponderante para a baixa execução, pois retardou o início de novos contratos de investimentos no ano, assim como a continuidade daqueles em vigor.

Recursos

No exercício de 2009, os recursos disponíveis representaram 51% da previsão total, alcançando o montante de R\$ 328,8 milhões, tendo parcelas de R\$ 237,7 milhões de Receitas Correntes, R\$ 7,7 milhões de Receitas de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido e R\$ 83,3 milhões como Variação do Capital de Giro e do Disponível. Destes últimos, 75% estão vinculados a projetos de Investimentos com Recursos do Tesouro, correspondendo a R\$ 62,5 milhões, os quais foram incluídos no Orçamento de Investimentos – PDG/2009.

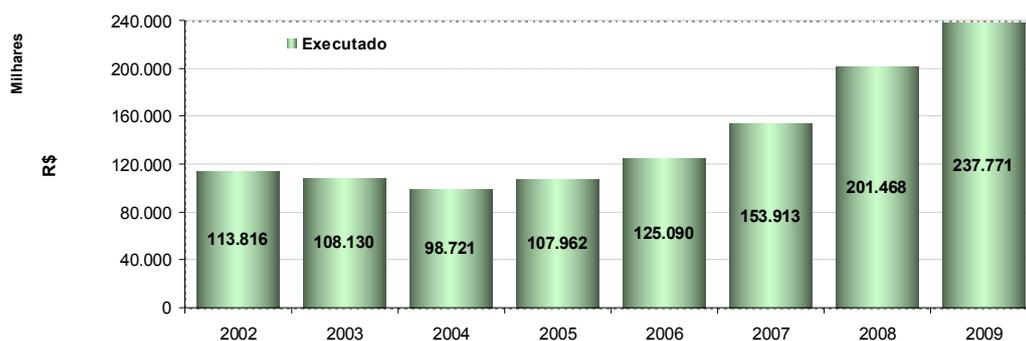
Receitas Correntes

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 92% da previsão reprogramada, correspondendo a R\$ 237,7 milhões.

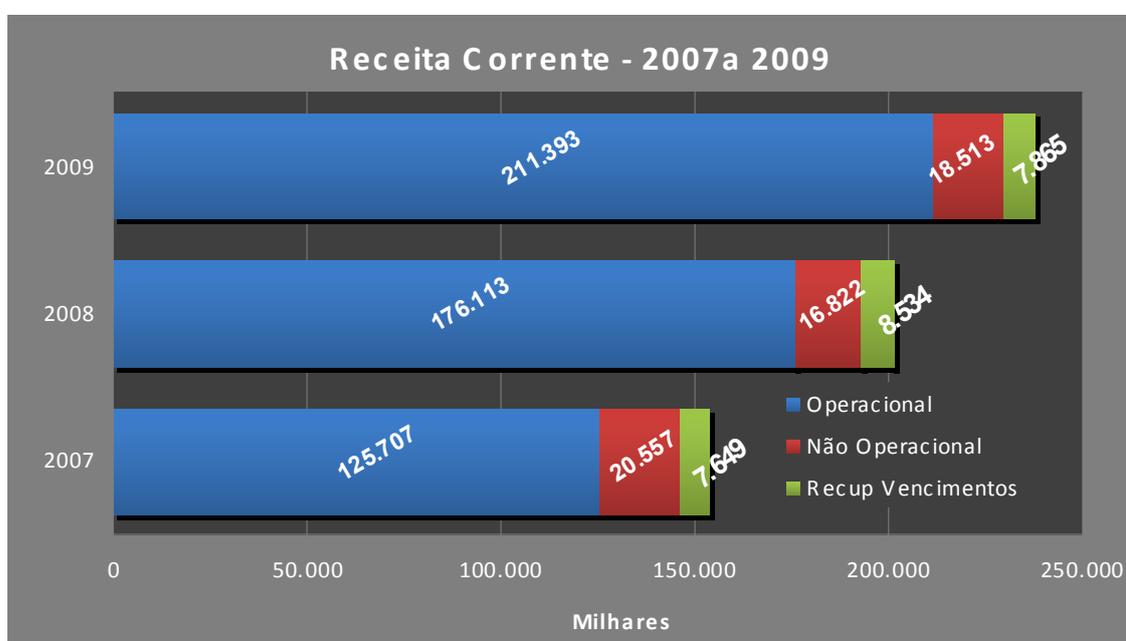


Na nova previsão realizada em março para a elaboração da 1ª Reprogramação do PDG de 2009, fora mantido o comportamento apresentado por cada contrato no ano de 2008, ajustado pela previsão da média do IGP-M projetado de 5,88 % (definido pelo Ministério do Planejamento) e, uma perspectiva de aumento do faturamento no contrato nº 54/97 com a CSN, de R\$ 42,0 milhões representando uma expectativa de acréscimo na movimentação de minério de ferro em relação a 2008 de 13.630.000 t, com um total a ser alcançado no ano de 30.000.000 t. Essa previsão foi mantida na 2ª reprogramação do PDG feita em setembro.

EVOLUÇÃO ANUAL DA RECEITA CORRENTE



As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 96%, 54% e 87% da previsão reprogramada para o exercício. A baixa execução no item “Outras não Operacionais” demonstrada no quadro “1.1 – Quadro PDG/2009” acima decorre da mudança no critério de classificação praticada pela SUPFIN.



A recuperação do desempenho no faturamento, inicialmente prevista pela Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP para o 2º semestre, não se consolidou em sua totalidade ficando no total 8,4% abaixo da previsão.

Causa significativa para o desempenho abaixo do previsto está no contrato nº 54/97, com a CSN, que encerrou o exercício com uma movimentação de minério de ferro na ordem de 23.466.726 t, representando uma queda de 21% da previsão para o ano.

RECEITA CORRENTE 2009



Queda significativa, em junho, no faturamento dos contratos da CSN e CPBS, do Porto de Itaguaí. A recuperação, em parte, foi percebida no início segundo semestre.

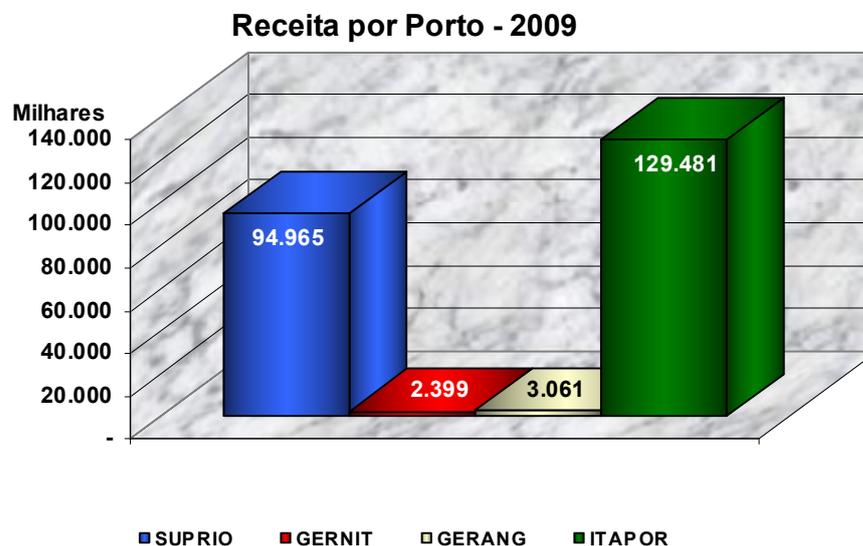
Faturamento CDRJ – 2009

	Previsão/2009 (IGP-M 5,88)	Total Faturado	% Exec
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	9.035.270,37	7.865.225,17	87,1
Total SEDE	9.035.270,37	7.865.225,17	87,1
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	41.485.209,62	44.966.389,87	108,4
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	809.058,78	904.253,27	111,8
<i>Multi-Rio (*)</i>	19.738.779,75	17.165.301,60	87,0
<i>Libra Terminal Rio (**)</i>	4.363.094,67	4.117.229,38	94,4
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	5.568.694,42	4.764.914,86	85,6
<i>Pier Mauá</i>	2.580.150,65	3.586.423,74	139,0
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	8.945.960,86	5.512.435,81	61,6
<i>Terminais Privativos</i>	17.488.670,35	13.948.001,12	79,8
Total do SUPRIO	100.979.619,10	94.964.949,65	94,0
Porto de Niterói			
<i>Cais Publico</i>	194.243,06	375.564,96	193,3
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	501.036,37	511.041,56	102,0
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.468.927,60	1.512.098,98	102,9
Total GERIT	2.164.207,03	2.398.705,50	110,8

Porto de Angra dos Reis			
Cais Público	485.655,79	516.760,02	106,4
Terminal Arrendado-Angraporto	2.445.981,43	2.544.354,71	104,0
Terminais Privativos	0,00	0,00	0,0
Total GERANG	2.931.637,22	3.061.114,73	104,4
Porto de Itaguaí			
Cais Publico	1.385.934,70	1.778.581,70	128,3
Terminais Arrendados	141.974.839,51	127.408.701,11	89,7
CSN	78.842.299,55	61.564.473,42	78,1
Valesul	4.618.635,64	3.659.806,45	79,2
Sepetiba Tecon	1.822.776,77	1.544.266,07	84,7
CPBS	56.691.127,55	60.640.155,17	107,0
Terminais Privativos	0,00	293.818,31	0,0
Total ITAPOR	143.360.774,21	129.481.101,12	90,3
TOTAL GERAL	258.471.507,93	237.771.096,17	92,0

(*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 3,7 milhões.

(**) Multa aplicada ao contrato nº 11/1998 no valor de R\$ 3,4 milhões.



Receitas de Capital

Do valor de R\$ 19,4 milhões em Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital, foram repassados financeiramente R\$ 7,8 milhões relativos às Ações: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Meio

Ambiente (R\$ 1,0 milhão), Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 70 mil) e ISPS-Code Rio e Itaguaí (R\$ 6,7 milhões).

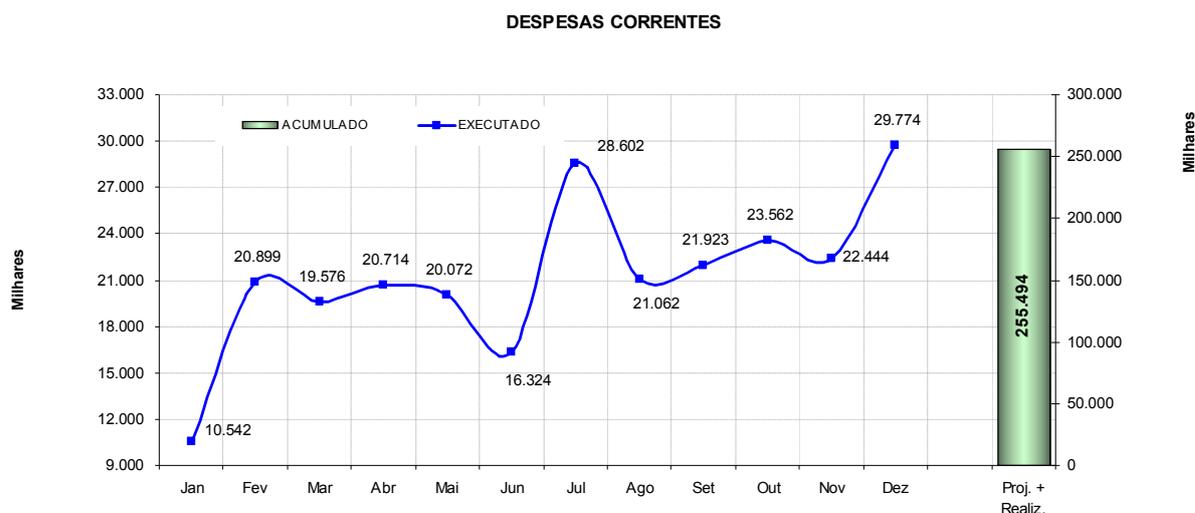
Foram cancelados no período, pela Lei nº 12.047/09, R\$ 1,5 milhão na ação Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Meio Ambiente.

Dispêndios

Dispêndios Correntes

A execução total dos Dispêndios Correntes representou 47% da dotação reprogramada (R\$ 561,1 milhões), chegando a R\$ 261,4 milhões.

Na composição dos gastos as despesas com maior relevância foram com Pessoal e Encargos Sociais e Dívidas Judiciais, que juntas representaram 67% do total realizado.



Em julho, ocorreu o início do processo de implantação do Plano de Cargos, Empregos e Salários (PCES), com retroação a maio/2009, causando acentuado na linha de execução, devido ao aumento na folha de pagamento.

Em dezembro novo acentuado decorrente da regularização da folha de pagamento do 13º Salário e de despesas antecipadas pelo regime de competência e relativas a dez/09.

PESSOAL

Dotação Reprogramada de R\$ 77,7 milhões para R\$ 192,6 milhões, incluindo a implantação do Plano de Carreira, Empregos e Salários (PCES) e o repasse para saneamento financeiro com recursos do tesouro, para quitação de débitos com o INSS, este no valor de R\$ 92,3 milhões.

Foram executados R\$ 96,2 milhões, correspondendo a 50% dessa dotação. Baixa execução, porém dentro do previsto para o período, considerando que foi concluída a implantação do PCES e, que o repasse financeiro esperado como saneamento financeiro a ser efetivado pelo Tesouro, incluído na reprogramação final, não foi concretizado, impossibilitando a regularização do débito com o INSS.



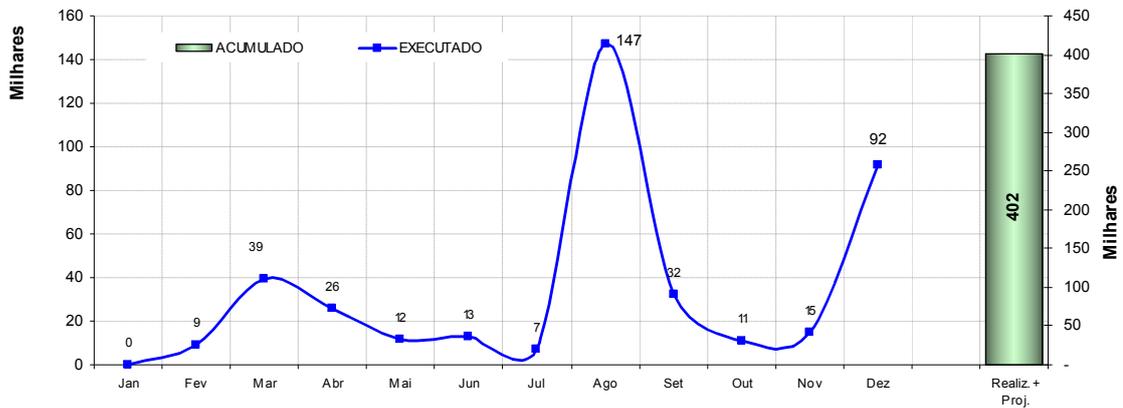
MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 401,6 mil e R\$ 21,6 milhões, respectivamente. Baixa execução (23% e 44%) em decorrência do contingenciamento orçamentário aplicado ao longo de todo o exercício, para novas aquisições e novas contratações, objetivando a canalização dos recursos disponíveis para a regularização dos constantes bloqueios judiciais ocorridos no período.

Em Material foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em Serviços de Terceiros foram executados R\$ 12,9 milhões em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 4,1 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 3,4 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 1,2 milhões em Outros Serviços de Terceiros.

Material de Consumo



Serviços de Terceiros

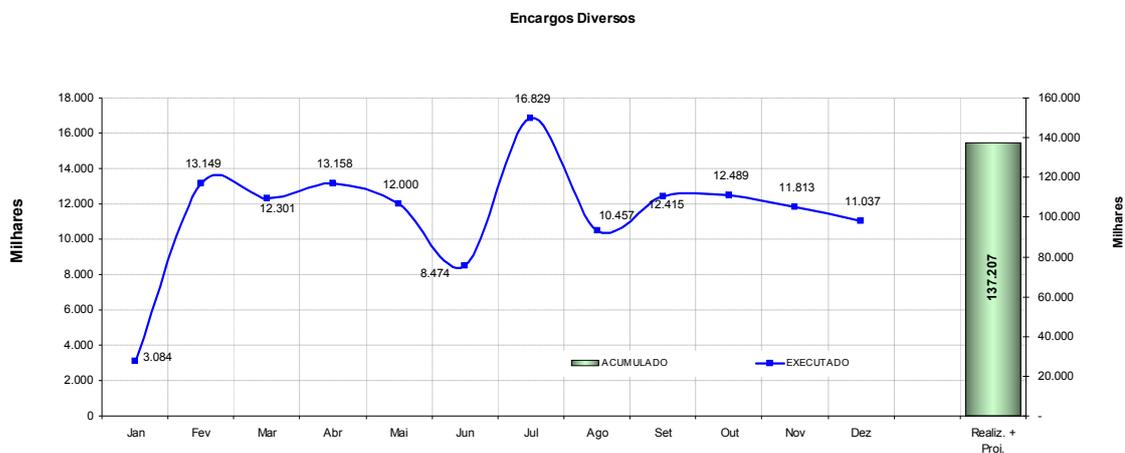


Baixa execução devido ao contingenciamento para novas contratações e novas aquisições.

ENCARGOS DIVERSOS

Dotação reprogramada de R\$ 46,8 milhões para R\$ 317,5 milhões, visando a regularização dos diversos bloqueios judiciais em execução e iniciados no exercício e a quitação de dívidas tributárias e previdenciárias e com o PORTUS, estas através de repasse financeiro do Tesouro de R\$ 53,1 milhões e R\$ 103,7 milhões respectivamente.

Foram executados no período R\$ 137,2 milhões representando 43% da dotação aprovada para este Grupo.



Não foram realizadas as quitações com as dívidas previdenciárias e tributárias e com o PORTUS pela não efetivação do repasse dos recursos.

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

Utilidades e Serviços – Valores executados totalizaram R\$ 7,4 milhões (78% do total aprovado para a rubrica), ocorrendo uma economia de despesa com relação ao executado em 2008.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 19,8 milhões (73%) estando dentro do inicialmente previsto, considerando que a dotação reprogramada para regularização do IPTU através de recursos do tesouro para saneamento financeiro, não foi concretizada.

Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, no valor de R\$ 931,3 mil (78%) dos contratos com o BIB e DMLP. Execução abaixo do previsto em virtude da variação negativa do dólar no período.

ALUGUEIS E MULTAS

Aluguéis – Executados R\$ 782,2 mil (59%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2008: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Máquinas Copiadoras e Sanitários Químicos. Baixa execução decorrente da não efetivação de contrato para

locação de embarcações inicialmente prevista, e da redução de modo geral do valor mensal quando da renovação contratual.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 2,9 milhões. Apresentou uma execução de 5,0%, estando abaixo do valor projetado para o período, em decorrência da não efetivação do pagamento das multas relativas à Dívida Tributária com IPTU e ISS que seriam realizadas com recursos do tesouro a título de saneamento financeiro não repassado.

DÍVIDA JUDICIAL

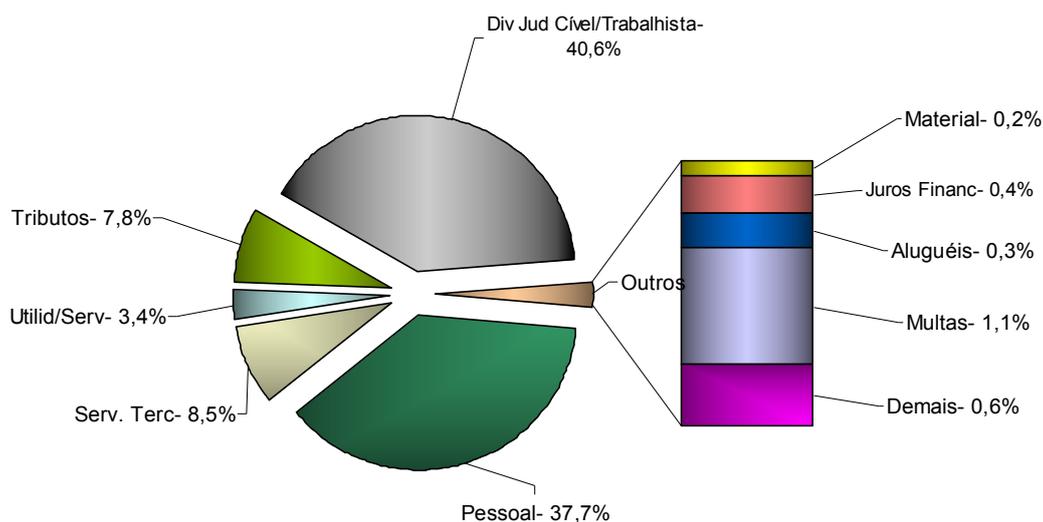
Dívida Judicial Trabalhista – Dotação reprogramada para o ano no valor de R\$ 15,4 milhões, prevendo o início de novas execuções judiciais. Tendo uma execução de 77%, correspondente a R\$ 11,8 milhões.

Dívida Judicial Cível – Dotação reprogramada para o ano de R\$ 102,9 milhões, tendo sido executados R\$ 91,8 milhões (89% da dotação reprogramada). 77% dessa execução foram para regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, estando ainda em vigor ao final do exercício. Conforme informação prestada pela SUPFIN, o término desse bloqueio, inicialmente previsto para outubro/09, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2010.

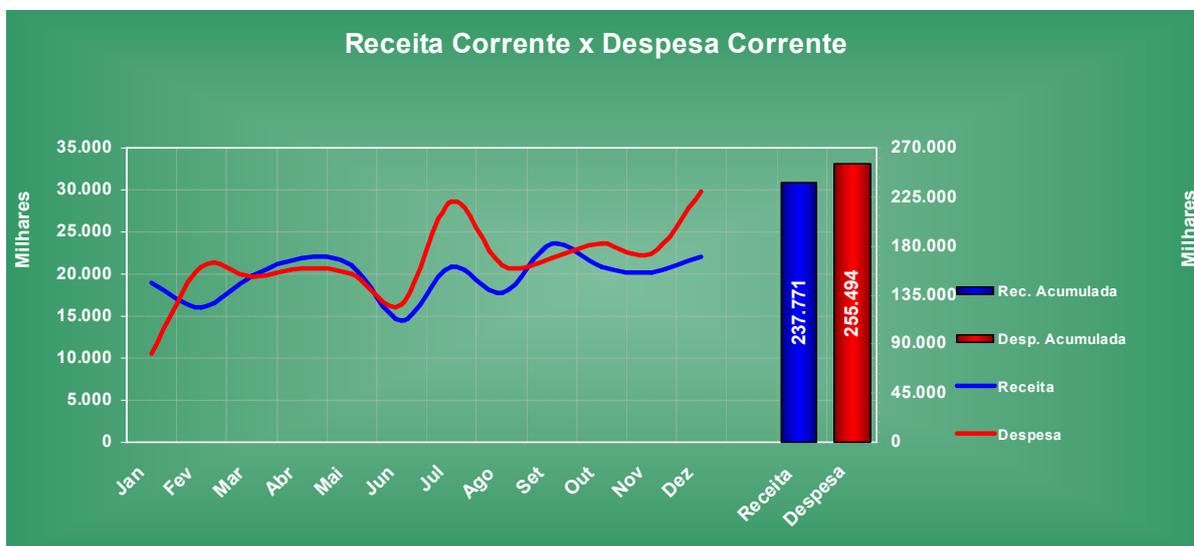
DEMAIS DISPÊNDIOS

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 1,5 milhões representando 1% da Dotação Reprogramada de R\$ 106,2 milhões, pelo fato de não ter sido realizado a segunda parcela do acordo firmado com o Portus no valor de R\$ 103 milhões. Pagamento que seria realizado através de repasse do tesouro a título de saneamento financeiro não efetivado. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Despesas Miúdas, Seguros de Bens e de Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, Acordo e Parcelamento Portus.

Composição em Representação da Despesa Executada



<i>Item</i>	<i>Composição</i>
Pessoal	Folha de pagamento, encargos sociais.
Material de Consumo	Material para estoque almoxarifado
Serviços. Terceiros	Encargos indiretos c/ Pessoal, serviços de manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades e Serviços	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
Tributos	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
Juros de Financ	Juros ref. Financ Externo (Serv. Dívida União).
Aluguéis	Viaturas, Imóveis, Radio e telefonia, Sist Seg Sede, Máq. Copiadoras, Embarcações.
Multas	Multas diversas, multas relativas parcelam débito tributário.
Dívida. Trabalhista	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
Dívida. Cível	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Cessão de Créditos, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
Demais Disp. Correntes	Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal e Despesas Legais e Judiciais, Acordo e Parcelamento Portus



Conclusão

O faturamento das Receitas Próprias fechou o exercício com uma execução de 8,5% abaixo da projeção para 2009. Houve uma leve recuperação no último bimestre do ano, porém não suficiente para atingir o total projetado.

No decorrer do ano, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo o PIS/PASEP e COFINS, pela dependência do fechamento contábil.

Considerando o montante de recursos disponíveis no período no valor de R\$ 328,8 milhões.

Considerando que, desse montante, R\$ 62,5 milhões referem-se a Recursos do Tesouro apurados como Saldo Financeiro de 2008, reabertos em 2009 como créditos adicionais e, 7,7 milhões em créditos repassados no período pelo Tesouro referente ao Orçamento de Investimentos de 2009 e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Verifica-se que, pelo “regime de competência”, a execução total das despesas próprias do PDG, alcançou o equilíbrio orçamentário apresentando um saldo positivo de R\$ 105.527,00. Esse equilíbrio foi alcançado pelo controle rígido na execução das despesas com o permanente contingenciamento de dotação, priorizando a regularização das diversas execuções judiciais, cível e trabalhista, iniciadas no ano e

que somadas as já em andamento, totalizaram o montante de R\$ 109,5 milhões, representando 33% dos recursos disponíveis.

Em contrapartida, pelo “regime de caixa”, a arrecadação dos recursos próprios atingiu o montante de R\$ 207,7 milhões, representando 63% do faturamento do período, denotando a dificuldade financeira para arcar com os compromissos.

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)	328.879.628
(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2008 - vinculado Invest.	(62.543.078)
(-) Rec Tesouro – Repasses Financ em 2009 – vinculado Invest	(7.791.879)
(=) Recursos Próprios Líquidos	258.544.671
(-) Dispêndios Correntes Realizados	(255.493.635)
(-) Dispêndios Capital Realizados – Geração Própria	(2.945.509)
(=) Saldo Anual Orçamentário	105.527

2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	251.108,44	248.776,87	332.180,56
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	109.792,00	107.638,42	211.265,24
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.993.648,45	1.613.696,53	2.163.064,94
3.1 Publicidade	73.479,09	25.428,00	96.877,61
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.585.217,90	1.199.716,95	1.607.054,77
3.3 Tecnologia da Informação	334.951,46	388.551,58	459.132,56
3.4 Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS (FUNDO FIXO)	144.984,45	141.923,57	96.366,96
TOTAIS	2.499.533,34	2.112.035,39	2.802.877,70

2.4.4 Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Valores aprovados em 2009

Lei 11.897/2008 (LOA)	R\$ 7.700.000
Decreto s/nº, de 30/01/2009	R\$ 10.415.980
Lei 11.981/2009	R\$ 9.360.173
Decreto s/nº, de 04/06/2009	R\$ 70.000
Lei 11.993/2009, 27/07/2009	R\$ 39.640.772
Lei 12.043/2009, 09/10/2009	R\$ 7.655.663
Lei 12.047/2009, 09/10/2009	(R\$ 1.500.000)
Lei 12.160/2009, 29/12/2009	R\$ 12.835.131
TOTAL	R\$ 86.177.719

Valores realizados em 2009

No exercício foram realizados 50,3% do total aprovado, perfazendo um montante de R\$ 43.403.901,00.

A baixa execução observada no exercício ocorreu em função de:

1. 23% dos recursos foram aprovados no último trimestre do ano;
2. 10% não estavam previstos no Plano Plurianual (PPA), a CDRJ não teve conhecimento prévio, impossibilitando sua aplicação por inexistência de projetos;
3. Contingenciamento das ações executadas com recursos próprios; e
4. Parte em procedimento licitatório para escolha do contratado ao final do exercício.

Programa de Governo

1458 – Vetor Logístico Leste

RECURSOS DO TESOURO

1) Projeto: 26.784.1458.10VS.0033

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto de Itaguaí

Finalidade: Dotar as instalações portuárias do Porto de Itaguaí de condições de segurança e prevenção à ameaça de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam sua atividade.

Valor do Projeto – R\$ 22.422.668,00 Realizado até 2008 – R\$ 4.146.099,00

Orçamento Fiscal 2009:	R\$ 500.000,00 (Lei 11.897-suplemento B, de 10/03/2009)
Saldo Financeiro 2004/2006/2007:	R\$ 5.555.337,00 (Decreto s/nº , 04/06/2009)
Restos a Pagar 2007:	R\$ 1.112.079,00 (Lei 12.043 de 09/10/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 7.167.416,00 – Meta Física: 43,0 %

Recursos Disponíveis:	R\$ 5.555.337,00
Total compromissado:	R\$ 5.957.972,00
Realizado em 2009:	R\$ 475.756,00 % de Execução: 3,2

Resultados Alcançados: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª medições do contrato 037/2009 com a Construtora WV Ltda, referente a ampliação da portaria principal do Porto de Itaguaí; Construtora W.V Ltda – Termo de rescisão amigável – C-SUPJUR 069/2009 – do contrato C-SUPJUR 027/2008.

A Realizar: Em procedimento de licitação os processos para contratação de Recuperação de controle de acesso e do CFTV e Implantação da Sinalização Náutica.

2) Projeto: 26.784.1458.10VW. 0033

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto do RJ

Finalidade: Dotar as instalações portuárias do Porto do Rio de Janeiro de condições de segurança e prevenção à ameaça de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam sua atividade.

Valor do Projeto - R\$ 28.558.431,00 Realizado até 2008 – R\$ 11.099.183,00

Orçamento Fiscal 2009	-	R\$ 500.000,00 (Lei 11.897-suplemento B, de 10/03/2009)
Saldo Financeiro 2004/2006/2007 -		R\$ 3.308.836,00 (Decreto s/nº , 04/06/2009)
Restos a Pagar 2007		<u>R\$ 5.285.664,00 (Lei 12.043 de 09/10/2009)</u>

Créditos aprovados em 2009: R\$ 9.094.500,00 – Meta Física: 58,0 %

Recursos Disponíveis: R\$ 3.804.838,00
Total compromissado: R\$ 3.544.586,00
Realizado em 2009: R\$ 87.502,00% de Execução: 0,5

Resultados Alcançados: 1ª e 2ª medições do contrato 086/2009 com a Hansalufbild Geo Informações Ltda, referente ao Projeto de implantação de um sistema de informações geo referenciais; Pagamento ref ao 1º termo aditivo do contrato 086/2009.
A Realizar: Em procedimento de licitação os processos para contratação de Recuperação de controle de acesso e do CFTV e construção de nova Sede para a SUPGUA.

3) Projeto: 26.784.1458.6504.0033

Ação: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente

Finalidade: Elaboração de projetos básicos para fins de elaboração de termos de referências das licitações de obras.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE# Realizado até 2008 – R\$ 2.354.014,00

Orçamento Fiscal 2009	R\$ 2.500.000,00 (Lei 11.897-suplemento B, de 10/03/2009)
Restos a Pagar 2006	R\$ 1.257.920,00 (Lei 12.043 de 09/10/2009)
Cancelamento Orç. Fiscal 2009	(R\$ 1.500.000,00) – (Lei 12.047 de 09/10/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 2.257.920,00 – Meta Física: 9,0 Unid.

Recursos Disponíveis: R\$ 1.000.000,00
Total compromissado: R\$ 3.129.914,00
Realizado em 2009: R\$ 490.044,00 % de Execução: 1,8

Resultados Alcançados: Pagamento referente a estudos geotécnicos no canal de acesso do porto de Itaguaí; Pagamento da última parcela do convênio C-SUPJUR 108/2009 com o CENTRAN – Ministério da Defesa.

A Realizar: Em procedimento de licitação os processos para contratação de: Estudos Ambientais visando o licenciamento dos novos arrendamentos do Porto de Itaguaí; Projeto de recuperação dos berços do Cais da Gamboa e de Expansão do Porto do Rio; Estudos de viabilidade econômico-financeira dos novos arrendamentos dos Portos do Rio e Itaguaí; EIA/RIMA do TGL do Porto de Itaguaí; Planos ambientais de emergência e de resíduos sólidos dos portos

4) Projeto: 26.784.1458.1K87.0033

Ação: Implementação do Plano Contingência e Enfrentamento a Pandemia de Influenza

Finalidade: Combater o risco de entrada e a disseminação do vírus da Influenza Aviária ou de um eventual novo subtipo viral responsável por uma nova Pandemia de Influenza no Território Nacional.

Valor do Projeto - R\$ 2.472.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 0,00

Saldo Financeiro 2009 - R\$ 707.000,00 (Decreto s/nº, de 30/01/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 707.000,00 – Meta Física: 1,0 un

Recursos Disponíveis: R\$ 707.000,00

Total compromissado: R\$ 0,00

Realizado em 2009: R\$ 0,00 Unidade de Execução: 0,0

Não há valores Realizados em 2009.

Em elaboração projeto básico para a instalação de infraestrutura para 2 autoclaves.

5) Projeto: 26.784.1458.7E69.0033

Ação: Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro

Valor do Projeto - R\$ 9.708.980,00 Realizado até 2008 – R\$ 0,00

Restos a Pagar 2007 - R\$ 9.708.980,00 (Decreto s/nº, de 30/01/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 9.708.980,00 – Meta Física: 4,0 mil m³

Recursos Disponíveis: R\$ 0,00

Total compromissado: R\$ 0,00

Realizado em 2009: R\$ 0,00 Qtde Executada: 0,0 mil m³

Não há valores Realizados em 2009.

6) Projeto: 26.784.1458.1151.0033

Ação: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza

Valor do Projeto: R\$ 70.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 0,00

Orçamento Fiscal 2009 - R\$ 70.000,00 (Lei 11.981, de 20/05/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 70.000,00 – Meta Física: 1,0 Unid.

Recursos disponíveis: R\$ 70.000,00

Total compromissado: R\$ 0,00
Realizado em 2009: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

Não há valores Realizados em 2009.

A realizar: Concluído procedimento licitatório para aquisição de parte dos equipamentos de informática para a montagem de sala de situação. Iniciado os procedimentos para aquisição de mobiliário e equipamentos de vídeo conferência.

7) Projeto: 26.784.1458.7376.0033

Ação: Dragagem do Canal de Acesso da Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí

Finalidade: Alargar trecho do canal de acesso com 150 metros de largura e aprofundar o calado para 20 metros, decorrentes da demanda crescente de cargas ao porto, tais como: minério, carvão, soja e contêineres.

Valor do Projeto – R\$ 380.733.300 Realizado até 2008 – R\$ 66.359.228,00

Saldo Financeiro de 2008 - R\$ 39.640.772,00 (Lei 11.993/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 39.640.772,00 – Meta Física: 1.533,0 mil m³

Recursos disponíveis : R\$ 39.040.772,00

Total Compromissado: R\$ 37.744.471,80

Realizado em 2009 : R\$ 37.744.471,80 Qtde Executada: 1.459,7 mil m³

Resultados Alcançados: 1 - Pagamento das 7^a, 8^a, 9^a e 10^a(final) medições do contrato 035/2008 com a firma Ster Engenharia Ltda. – Dragagem do acesso aquaviário do Porto de Itaguaí;
2 – Pagamento das 9^a e 10^a medições do contrato 018/2000 com a firma Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda.

8) Projeto: 26.784.1458.11HG.0033

Ação: Implantação do sistema de defensas no Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Destina-se a dotar o Porto do Rio de Janeiro de melhores condições para atracação dos navios e proteção do paramento do cais em conformidade com a Lei 8.630/93.

Valor do Projeto - R\$ 10.000.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 4.200.000,00

Saldo Financeiro 2008 R\$ 1.000.000,00 (Lei 12.161/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 1.000.000,00 – Meta Física: 10,0%

Recursos Disponíveis: R\$ 1.000.000,00

Total compromissado: R\$ 1.000.000,00
Realizado em 2009 : R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

Não há valores Realizados em 2009.

A realizar: Em procedimento de licitação o processo para aquisição de defensas. Processo readequado aos recursos disponíveis. Previsão de conclusão em 2010 com a utilização de novos recursos previstos na LOA/2010.

9) Projeto: 26.784.1458.12IE.0033

Ação: Recuperação do sistema viário interno do Porto de Itaguaí

Finalidade: Pavimentação asfáltica da pista de acesso interno ao portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto - R\$ 4.000.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 1.986.246,00

Saldo Financeiro 2008 R\$ 826.971,00 (Lei 12.161/2009)

Saldo Financeiro 2004 R\$ 13.754 (Lei 12.161/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 840.725,00 – Meta Física: 19,0%

Recursos Disponíveis: R\$ 840.725,00

Total compromissado: R\$ 0,00

Realizado em 2009: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

Não há valores Realizados em 2009.

A realizar: Em procedimento de licitação os processos para contratação de Pavimentação da pista 500 do ITAPOR e Recuperação da pista 200 do ITAPOR, este ultimo aguardando novos recursos.

10) Projeto: 26.784.1458.12IF.0033

Ação: Adequação das instalações de controle de transportes de carga no Porto de Itaguaí

Finalidade: Pavimentação asfáltica da pista de acesso interno ao portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto - R\$ 1.500.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 617.084,00

Saldo Financeiro 2004 R\$ 450.194,00 (Lei 12.161/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 450.194,00 – Meta Física: 44,8%

Recursos Disponíveis: R\$ 450.194,00

Total compromissado: R\$ 0,00

Realizado em 2009 : R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

13) Projeto: 26.784.1458.3E70.0033

Ação: Recuperação do Acesso Rodoferroviário do Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Melhorar os acessos rodoviários e desobstruir o ramal ferroviário Arará/Jacarezinho de acesso ao Porto do Rio de Janeiro

Valor do Projeto - R\$ 10.000.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 2.910.512,00

Saldo Financeiro R\$ 7.835.249,00 (Lei 12.161/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 7.835.249,00 – Meta Física: 71,3%

Recursos Disponíveis: R\$ 7.835.249,00

Total compromissado: R\$ 1.956.760,00

Realizado em 2009 : R\$ 1.956.760,00 % de Execução: 18,2

Resultados Alcançados: 1ª e 2ª Prestação de Contas apresentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro – 1ª e 2ª medições dos serviços de obras do acesso viário ao Porto do Rio de Janeiro, pela Delta Construções S.A.

A realizar: Conclusão em 2010 dos serviços de obras do acesso viário ao Porto do Rio através do Convênio com a Prefeitura do Rio em andamento.

14) Projeto: 26.784.1458.3E74.0033

Ação: Ampliação da rede elétrica do Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Ampliar a capacidade e modernizar o sistema de energia elétrica e a iluminação do porto do Rio para atender com qualidade o aumento do consumo interno oriundo dos novos arrendamentos a serem contratados. Nível de iluminação adequado às exigências do ISPS-Code.

Valor do Projeto - R\$ 8.000.000,00 Realizado até 2008 – R\$ 1.587.638,00

Saldo Financeiro 2007 R\$ 1.341.454,00 (Lei 12.161/2009)

Créditos aprovados em 2009: R\$ 1.341.454,00 – Meta Física: 16,8%

Recursos Disponíveis: R\$ 1.341.454,00

Total compromissado: R\$ 1.110.330,36

Realizado em 2009 : R\$ 1.110.330,36 % de Execução: 13,9

Resultados Alcançados: Pagamento da 11ª medição e respectivo reajustamento referente ao contrato C-SUPJUR 098/2006 de recuperação e modernização de sistema elétrico no RIOPOR.

A realizar: Conclusão do contrato C-SUPJUR nº 98/06 e a complementação da ampliação da rede elétrica com a aplicação dos recursos aprovados na LOA/2010.

Total compromissado: R\$ 0,00
Realizado em 2009 : R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

Não há valores Realizados em 2009.

A realizar: Não há registro de previsão de aplicação dos recursos financeiros

RECURSOS PRÓPRIOS

1) Projeto: 26.784.1458.100Y

Ação: Recuperação e pavimentação das vias internas - RIOPOR

Finalidade: Promover a drenagem de águas pluviais e recuperação da pavimentação a fim de evitar a formação de poças, melhorando a segurança no trânsito de veículos rodoviários e ferroviários.

Valor do Projeto: R\$ 2.900.000,00

Aprovado/2009: R\$ 700.000,00 – Meta Física: 33,0 %

Disponível R\$ 699.275,00

Realizado/2009: R\$ 699.275,00

% de Execução: 32,9

Resultados Alcançados: Pagamento das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª medições do contrato C-SUPJUR 117/08 – Recuperação da pavimentação de áreas internas do Porto do Rio de Janeiro.

2) Projeto: 26.784.1458.3341

Ação: Desapropriação para expansão de área no SETPOR (SUPJUR)

Finalidade: Desapropriação de áreas com a finalidade de salvaguardar o patrimônio da CDRJ, visando a expansão do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto: R\$ 1.795.000,00

Aprovado/2009: R\$ 500.000,00 – Meta Física: 6.250,0 m²

Disponível R\$ 450.000,00

Realizado/2009: R\$ 365.803,00

Qtde Executada: 4.572,5 m²

Resultados Alcançados: Pagamento de custas judiciais.

3) Projeto: 26.784.0807.4101

Ação: Manutenção e adequação de bens imóveis

Finalidade: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#

Aprovado/2009:	R\$ 1.000.000,00
Disponível	R\$ 180.000,00
Realizado/2009:	R\$ 0,00
% de Execução:	0,0

Não há valores Realizados em 2009.

A realizar: Em procedimento de assinatura de contrato os serviços de demolição do armazém nº 22 no Porto do Rio. A licitação para contratação dos serviços de adaptação e construção de banheiros públicos no Porto do Rio em cumprimento a Termo de Ajuste de Conduta assinado pela CDRJ foi concluída, porém cancelada. Aguarda-se um posicionamento da Delegacia Regional do Trabalho quanto à disposição dos banheiros, à construção de banheiros fixos ou manter o aluguel de banheiros químicos, hoje praticado.

4) Projeto: 26.784.0807.4102

Ação: Manutenção adequação bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos

Finalidade: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#

Aprovado/2009:	R\$ 1.000.000,00
Disponível	R\$ 900.000,00
Realizado/2009:	R\$ 90.938,00
% de Execução:	9,1

Resultados Alcançados:

- 1 – Aquisição de um cofre;
- 2 – Aquisição de um medidor de distância;
- 3 – Aquisição mesa com gaveteiro;
- 4 – Aquisição de duas poltronas giratórias;
- 5 – Aquisição de um arquivo de aço;
- 6 – Aquisição de 17 cadeiras giratórias e 1 poltrona giratórias com espaldar alto.
- 7 – Aquisição de um aparelho de ar-condicionado
- 8 – Aquisição de um bebedouro de mesa
- 9 – Aquisição de um bebedouro eletrônico de coluna para garrafão
- 10 – Aquisição de uma poltrona giratória espaldar alto
- 11 – Aquisição de câmera digital
- 12 – Aquisição de 18 de aparelhos de ar-condicionado

5) Projeto: 26.784.0807.4103

Ação: Manutenção e Adequação Ativos Informática e Teleprocessamento

Finalidade: Realizar despesas com manutenção, adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos de informática nas respectivas áreas e propiciem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#

Aprovado/2009:	R\$ 1.000.000,00
Disponível	R\$ 900.000,00
Realizado/2009:	R\$ 382.770,00
% de Execução:	38,3

Resultados Alcançados: 1 – Aquisição de licença do software de editoração Adobe Acrobat 9.0 Pro
2 – Aquisição de 129 Microcomputadores.

2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Indicadores de Movimentação Geral de Cargas nos Portos da CDRJ

Em tonelada

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		D%
	2008	2009	
Rio de Janeiro	8.773.875	6.769.028	-22,9
Angra dos Reis	228.993	74.097	-67,6
Niterói	45.293	78.147	72,5
Itaguaí	47.217.575	49.755.062	5,4
TOTAL	56.265.736	56.676.334	0,7

O histórico de movimentação em 10 anos, no cais, dos portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atendimento ao desenvolvimento portuário na região de influência do Complexo Portuário pela CDRJ. A evolução dos quantitativos movimentados, principalmente, comparando os exercícios de 2000 e

2009, onde contamos um crescimento de 159,6%; indicando o acerto das medidas tomadas.

10 ³ tonelada										
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	21.829	22.511	22.771	27.363	33.016	37.432	38.408	48.021	56.266	56.676

Perfil por Natureza da Carga

Na movimentação de cargas, no cais, considerando o grupo de Carga Geral nos portos da CDRJ; o acondicionamento em contêineres representou, neste exercício, 76,0%.

Em tonelada			
Natureza da Carga	2009	2008	Δ%
Sólidos a granel	47.458.708	45.023.112	5,4
Líquidos a granel	245.150	376.118	-34,8
Carga Geral	8.972.476	10.866.506	-17,4
Total	56.676.334	56.265.736	0,7

Considerando a movimentação, no cais, dos portos que compõem esta CDRJ, os produtos abaixo, apresentaram, no exercício de 2009, o seguinte perfil:

Produto	Movimentação (tonelada)	Participação (%)
Minério de Ferro	43.029.328	75,9
Carga Containerizada	6.823.543	12,0
Produtos Siderúrgicos	1.548.365	2,7
Carvão Metalúrgico	2.844.527	5,0
Trigo	565.377	1,0
Ferro Gusa	445.176	0,8
Veículos	150.909	0,3
Coque da Hulha	237.568	0,4
Alumina	173.003	0,3
Derivados de Petróleo	119.195	0,2
Papel	86.035	0,2

Ressaltamos ainda que a Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, ou seja, opera todas as Naturezas de Carga; Carga geral, onde está inclusa a carga containerizada; Granel Sólido e Granel Líquido.

Atualmente, o Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore. Os estudos técnicos já realizados para o desenvolvimento do pré-sal, associados à mobilização de recursos de serviços e equipamentos especializados e de logística, nos permitem garantir o sucesso dessa empreitada.

A construção das plataformas P-55 e P-57, entre outros projetos já encomendados à indústria naval, garantirão a ocupação dos estaleiros nacionais e de boa parte da cadeia de bens e serviços offshore do país. Só o Plano de Renovação de Barcos de Apoio, lançado em maio de 2008, prevê a construção de 146 novas embarcações, com a exigência de 70% a 80% de conteúdo nacional, a um custo total orçado em aproximadamente US\$ 5 bilhões. A construção de cada embarcação vai gerar aproximadamente cerca de 500 novos empregos diretos e um total de 3.800 vagas para tripulantes para operar a nova frota.

Como trunfos para atuar na área do pré-sal, a Petrobrás com a inegável competência do seu corpo técnico e gerencial, reconhecimento mundial, com experiência acumulada no desenvolvimento dos reservatórios em águas profundas e ultra profundas das outras bacias brasileiras; sua base logística instalada no país; sua capacidade de articulação com fornecedores de bens e serviços e com a área acadêmica no aporte de conhecimento e o grande interesse econômico e tecnológico que esse desafio desperta na comunidade científica e industrial do país. É o início de um novo e promissor horizonte exploratório.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS

Porto do Rio de Janeiro

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu, no exercício de 2009, o total de 6.769.028 toneladas, representando decréscimo de 22,9% em relação ao ano anterior. Fato devido à crise que afetou as siderurgias, refletindo assim na movimentação de produtos siderúrgicos.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 1.385.336, representando decréscimo de 41,3% em relação ao ano anterior.
- Papel: 86.035, representando decréscimo de 16,7% em relação ao ano anterior.
- Containerizada: 4.021.438, representando decréscimo de 16,0% em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

- Trigo: 565.377, representando decréscimo de 14,1% em relação ao ano anterior.
- Ferro Gusa: 445.176, representando decréscimo de 63,7% em relação ao ano anterior. Cabe reforçar que o referido produto é um produto siderúrgico e, assim sofreu abalo com a crise nas siderurgias.

Cabe esclarecer que, por falta de calado no berço, determinados navios que transportaram ferro gusa, operaram na área de fundeio, mais precisamente no fundeadouro 04, sendo a referida carga transportada por chatas.

GRANÉIS LÍQUIDOS

- Derivados: 119.195, representando decréscimo de 19,4% em relação ao ano anterior.

Porto de Itaguaí

A movimentação de cargas no Porto de Itaguaí, no cais, alcançou, neste exercício, 49.755.062 toneladas, representando acréscimo de 5,4% em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 565.373, evidenciando um acréscimo de 7,2% em relação ao ano anterior.

- Containerizada: 2.802.105, evidenciando um decréscimo de 22,1% em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

- Minério de Ferro: 43.029.328, representando acréscimo de 11,0% em relação ao ano anterior.
- Carvão Metalúrgico: 2.844.527, representando acréscimo de 1,3% em relação ao ano anterior.
- Coque de Petróleo: 5.001, representando significativo decréscimo de 94,0% em relação ao ano anterior. Fato explicável, pelo encerramento das atividades na VALESUL.
- Alumina: 173.003, representando decréscimo de 31,3% em relação ao ano anterior.
- Coque da Hulha: 237.568, representando decréscimo de 37,4% em relação ao ano anterior.

Porto de Angra dos Reis

A movimentação de cargas no Porto de Angra dos Reis, no cais, alcançou, no ano de 2009, a marca de 74.097 toneladas, representando decréscimo de 67,6,% em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 72.832, evidenciando um decréscimo de 66,8,% em relação ao ano anterior.

Devemos aclarar que este porto, neste exercício, começou a transição de arrendatário e, deu início à estocagem de produtos que serão movimentados, em 2010, na modalidade de operação Offshore.

Porto de Niterói

O porto de Niterói, terminais arrendados NITPORT E NITSHORE, recebeu, neste exercício, 78.147 toneladas, houve o acréscimo 72,5% com relação ao exercício anterior; produtos que são movimentados na modalidade de operação Offshore.

MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Neste exercício, o quantitativo de passageiros apresentou um acréscimo de 35,5%, em relação ao exercício anterior.

Ressalvamos que, no exercício de 2009, ocorreu o maior número de navios, aportados para temporada, no Porto do Rio de Janeiro. Considerando o quantitativo de navios aportados, no exercício de 2003, evidenciamos um crescimento na ordem de 113,3%.

Ano	Quantidade de Navio	Quantidade de Passageiro			
		Embarcado	Desembarcado	Trânsito	Total
2003	83	22.110	21.069	47.893	91.072
2004	79	26.534	26.646	54.020	107.200
2005	88	34.585	32.122	77.540	144.247
2006	132	47.068	48.491	118.824	214.383
2007	150	59.179	56.483	148.511	264.173
2008	139	76.290	71.712	155.110	303.112
2009	177	113.192	106.709	190.697	410.598

MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS – sistema Roll-on / Roll-off

Neste exercício, houve, na importação, um acréscimo de 3,7% e, na exportação, um decréscimo de 59,0% em relação ao exercício anterior.

SENTIDO	Em unidade						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Importação	9.388	12.186	21.324	32.988	37.470	67.540	70.045
Exportação	33.814	66.513	139.393	123.330	111.759	93.663	38.424
Total	43.202	78.699	160.717	156.318	149.229	161.203	108.469

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

A movimentação em unidades e em TEU, considerando os exercícios de 2006 a 2009, apresentou o seguinte comportamento:

Porto	2009		2008		2007		2006		Δ 2009/2006	
	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU
Rio de Janeiro	238.653	350.295	289.059	428.190	274.187	387.809	242.223	335.145	-1,5	4,5
Itaguaí	143.867	206.667	195.589	281.451	162.794	229.742	177.286	259.891	-18,9	-20,5
CDRJ	382.520	556.962	484.648	709.641	436.981	617.551	419.509	595.036	-8,8	-6,4

Neste exercício, este tipo de acondicionamento representou 59,4% da totalidade de Carga Geral.

Cabe ressaltar que, ainda não temos prontificado um sistema que permita a visualização e a operacionalidade das cargas que estão em contêineres, como por exemplo café, granito, produtos químicos. A SUPERVIA de dados, FUSP, através do Módulo de Estatística, deverá, conforme o solicitado, suprir esta necessidade.

Indicadores para Contêineres

Índice Médio de contêinerização

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total em tonelada dos contêineres movimentados no terminal}}{\text{total em tonelada de carga geral movimentada no terminal}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de carga geral Containerizada por terminal

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	99,91	95,84	1,40
2004	99,88	95,10	1,80
2005	99,99	93,10	1,49
2006	99,98	90,04	1,59
2007	99,93	92,53	1,38
2008	99,82	89,94	1,62
2009	99,97	95,70	0,78

Porto de Itaguaí

Ano	Sepetiba TECON	Demais terminais
2003	21,53	0,00
2004	55,14	0,00
2005	67,75	0,00
2006	65,60	0,00
2007	79,96	0,00
2008	86,56	0,00
2009	82,86	0,00

Comentário:

- 1) No Porto do Rio de Janeiro, os terminais especializados, demonstram cada vez mais a evidente migração da carga geral diversa para a unitização de carga (contêiner).
- 2) No Porto de Itaguaí, o terminal de Contêineres, apesar de um percentual a menor, neste exercício, apresenta uma evolução na unitização de carga. Apesar de movimentar carga geral - produtos siderúrgicos em outras embalagens.

Atendimento ao Tráfego

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de contêiner movimentado no terminal}}{\text{total em contêiner movimentado no porto}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de contêiner movimentado por terminal em relação ao porto

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	50,20	48,20	1,60
2004	49,30	49,00	1,70
2005	53,00	45,30	1,70
2006	50,74	47,69	1,57
2007	49,40	49,24	1,36
2008	49,23	49,88	0,89
2009	50,33	49,05	0,62

Porto de Itaguaí

Ano	Sepetiba TECON	Demais terminais
2003	100,00	0,00
2004	100,00	0,00
2005	100,00	0,00
2006	100,00	0,00
2007	100,00	0,00
2008	100,00	0,00
2009	100,00	0,00

Comentário:

1) No Porto do Rio de Janeiro os terminais especializados detêm um equilíbrio na movimentação de contêineres, em unidades. No exercício de 2009, o Terminal de Container 1 - Libra operou mais de 50% do total do RIOPOR, nesta unitização.

Desbalanciamento ou Imbalance

1 - Exportação de contêineres cheios

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de unidades de contêiner cheios exportados no terminal}}{\text{total de unidades de contêiner cheios movimentado no terminal}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de contêiner exportado cheios por terminal em relação ao terminal.

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Sentido	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	Exportação	50,67	56,31	99,18
2004	Exportação	58,43	58,54	99,42
2005	Exportação	59,45	57,42	95,33
2006	Exportação	56,33	56,64	95,10
2007	Exportação	54,37	51,56	86,48
2008	Exportação	46,83	37,91	99,16
2009	Exportação	48,02	45,27	91,35

Exportação: longo curso e cabotagem

Porto de Itaguaí

Ano	Sentido	Sepetiba TECON
2003	Exportação	15,87
2004	Exportação	32,41
2005	Exportação	37,55
2006	Exportação	50,66
2007	Exportação	53,62
2008	Exportação	53,67
2009	Exportação	53,82

Comentários:

- 1) No Porto do Rio de Janeiro a exportação de contêineres cheio (longo curso e cabotagem) esteve entre 45 e 50 %, nos terminais especializados.
- 2) No porto de Itaguaí, a exportação de contêineres cheios está em média 50%.

2 - Exportação de contêineres vazios

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de unidades de contêiner vazios exportados no terminal}}{\text{total de unidades de contêiner vazios movimentado no terminal}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de contêiner vazio exportado por terminal em relação ao terminal

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Sentido	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	Exportação	25,70	39,51	50,28
2004	Exportação	22,60	23,86	36,08
2005	Exportação	29,24	28,91	43,08
2006	Exportação	22,46	27,21	19,01
2007	Exportação	29,77	31,68	23,68
2008	Exportação	60,04	52,57	0,00
2009	Exportação	49,54	61,30	0,94

Exportação: longo curso e cabotagem

Porto de Itaguaí

Ano	Sentido	Sepetiba TECON
2003	Exportação	69,97
2004	Exportação	51,50
2005	Exportação	45,74
2006	Exportação	50,66
2007	Exportação	38,41
2008	Exportação	46,12
2009	Exportação	43,59

Comentários:

- 1) No Porto do Rio de Janeiro, 2009 e 2008, os terminais especializados movimentaram, na exportação, aproximadamente 60% do total de contêineres vazios. Há um crescente crescimento no embarque de contêineres vazios.
- 2) No porto de Itaguaí, em 2009, na exportação, apesar da ligeira queda, a movimentação aproximou-se de 50 % do total de contêineres vazios movimentados.

Relação Cheio/Vazio

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de contêiner cheios no terminal}}{\text{total em contêiner movimentado no terminal}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de contêineres cheios em relação ao total movimentado no terminal

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	69,66	58,42	42,97
2004	72,72	63,87	40,42
2005	69,70	67,03	46,99
2006	75,43	68,54	54,89
2007	77,47	69,13	45,53
2008	74,74	73,14	78,52
2009	75,42	76,46	35,16

Porto de Itaguaí

Ano	Sepetiba Tecon
2003	77,36
2004	74,21
2005	74,24
2006	77,95
2007	78,73
2008	80,74
2009	81,26

Comentários:

A relação entre cheios e vazios nos terminais especializados, em 2009, variou entre 75 a 81 % de contêineres cheios, conseqüentemente, 19 a 25 % de contêineres vazio.

Percentual de cheios na exportação

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de contêiner cheios na exportação}}{\text{total em contêiner exportados no terminal}} \times 100$$

Utilidade: Indica o percentual de contêineres cheios em relação ao total movimentado no terminal

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Demais terminais
2003	81,91	66,69	57,16
2004	87,33	81,26	65,15
2005	82,38	80,15	66,23
2006	88,50	81,93	85,89
2007	86,26	78,47	75,32
2008	69,77	66,26	100,00
2009	74,84	70,57	98,14

Porto de Itaguaí

Ano	Sepetiba Tecon
2003	43,65
2004	64,43
2005	70,29
2006	81,87
2007	83,78
2008	82,90
2009	84,26

Comentários:

- 1) No Porto do Rio de Janeiro, os terminais especializados movimentaram em 2009 na exportação, aproximadamente 75 % de contêineres cheios e 25 % de vazios.
- 2) O Terminal de Contêineres de Itaguaí movimentou em 2009, na exportação, aproximadamente 85 % de contêineres cheios e 15 % de vazios.

Indicadores para Mercadorias

Atendimento ao Tráfego (%)

Unidade de medida: %

Fórmula:
$$\frac{\text{total de toneladas movimentadas no terminal}}{\text{total de toneladas no porto}} \times 100$$

Utilidade: Indica a participação do terminal em relação ao total do porto

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Terminal de Veículos - Multi- Car	Terminal de Prod. Sid. de São Cristovão	Terminal de Trigo	Outros Terminais	Terminal Público	Total
2003	31,2	20,0	0,3	15,6	2,7	10,4	19,8	100,0
2004	31,0	24,7	0,3	15,4	0,2	4,0	24,4	100,0
2005	26,4	21,7	1,2	26,0	0,7	-	24,0	100,0
2006	27,7	23,5	1,2	24,8	1,7	-	21,1	100,0
2007	29,9	26,2	1,0	24,1	1,8	-	17,0	100,0
2008	29,1	31,2	1,0	21,4	2,1	-	15,2	100,0
2009	31,5	32,8	0,8	14,4	2,6	-	17,9	100,0

Porto de Itaguaí

Ano	Sepeitiba TECON	Terminal de carvão	Terminal de minério	Terminal de alumina	Total
2003	7,3	25,0	66,9	0,8	100,0
2004	9,8	23,0	66,4	0,8	100,0
2005	10,5	16,2	72,4	0,9	100,0
2006	16,1	9,9	73,3	0,7	100,0
2007	9,4	25,4	64,7	0,5	100,0
2008	8,8	43,4	47,2	0,6	100,0
2009	6,8	53,5	39,3	0,4	100,0

Comentário:

1) No Porto do Rio de Janeiro, a coluna "outros terminais" refere-se aos terminais de produtos siderúrgicos - Gamboa e o Papeleiro que, a partir de 2005, deixaram de existir. Os Terminais Especializados de Contêineres T1 e T2 são, em termos de movimentação, os pesos no total operado, no cais, no Porto do Rio de Janeiro. O Terminal de Produtos Siderúrgicos diminuiu, neste exercício, a sua participação, motivado pela crise nas siderurgias.

2) No Porto de Itaguaí, neste exercício, o Terminal da CSN foi responsável por mais de 50% da movimentação deste porto. Há uma tendência para que a CSN mantenha o posicionamento no 1º trimestre de 2010.

Tamanho médio de consignação (t/navio)

Unidade de medida: tonelada por navio

Fórmula:
$$\frac{\text{total de toneladas movimentadas no terminal}}{\text{número de atracções}}$$

Utilidade: Indica a tonelagem média movimentada por navio

Porto do Rio de Janeiro

Ano	Terminal 1 - LIBRA	Terminal 2 - MULTI	Terminal de Veículos	Terminal de Prod. Sid. de São Cristovão	Terminal de Trigo	Outros Terminais	Terminal Público
2003	3.083	2.810	1.045	5.110	13.643	4.157	7.887
2004	3.917	3.906	815	5.840	15.570	3.588	7.727
2005	3.718	3.744	2.170	8.752	9.356	0	6.076
2006	4.520	3.943	2.606	8.617	10.161	0	5.870
2007	4.902	4.872	1.568	10.039	14.407	0	5.540
2008	5.522	5.788	1.511	11.263	16.174	0	5.212
2009	4.418	4.491	940	8.713	17.542	0	5.173

Porto de Itaguaí

Ano	Sepeitiba TECON	Terminal de carvão	Terminal de minério	Terminal de alumina
2003	5.074	51.988	117.000	23.121
2004	5.591	44.067	126.579	17.629
2005	4.483	46.768	144.939	16.188
2006	7.196	46.777	133.590	13.846
2007	6.155	76.633	135.223	17.472
2008	6.824	103.893	147.744	15.040
2009	6.369	121.611	136.801	16.182

Porto de Angra dos Reis

Ano	Total do porto
2003	8.596
2004	9.800
2005	11.060
2006	8.216
2007	6.047
2008	6.189
2009	5.293

Evolução de Atracação

em unidade

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		Δ
	2009	2008	
Rio de Janeiro	1.567	1.431	9,5
Angra dos Reis	14	37	-62,2
Niterói (*)	508	124	309,7
Itaguaí	904	976	-7,4
TOTAL	2.993	2.568	16,5

(*) Este porto tem a modalidade de OFF-SHORE.

Indicadores de Segurança

Evolução Ocorrências Roubos e Furtos

Relação entre o nº de ocorrência do período atual e nº de ocorrência do período anterior , multiplicada por 100.

Ano	Ocorrência (nº)	Indicador (%)
2009	1	- 91,7
2008	12	20,0

A expressiva redução na ocorrência de roubos e furtos foi devida, observando o indicador 2008/2007, à intensificação das rondas nas áreas apuradas, pela SUPGUA, como problemáticas. Além de novas orientações passadas aos guardas portuários, que estiverem de serviços, naquelas proximidades.

Indicador de Meio Ambiente

Relação entre valor serviços realizados (medidos) até o período / Valor Serviços Previstos (a serem medidos), multiplicado por 100.

$$(22/65) \times 100 = 34\%$$

(Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA)

Indicador de Resultado da Comunicação Social

Em termos de comunicação interna se consolidou a utilização dos Quadros Mural para informativos. Nos contratos gerenciados pela ASSCOM, deu-se prosseguimento a gestão de contratos com a EBC, elaborou-se novas licitações para empresa de serviços fotográficos, produtora para confecção do vídeo institucional da CDRJ, empresa de serviços gráficos, diagramação, e agenciamento do balanço anual da empresa. Foi encerrada a assinatura de alguns jornais, como O Globo e Valor Econômico, utilizando os sites dos mesmos para confecção do “clipping” diário. Mantiveram-se as assinaturas do Jornal do Comércio, O Fluminense, Gazeta mercantil e DCI. Obtivesse renovação da gratuidade de revistas especializadas, como Intermarket e Portos e Navios. O destaque de 2009 foi a organização de um evento e coletiva de imprensa no Píer Mauá, com a participação do Ministro Chefe da Secretaria Especial de Portos e diversas autoridades.

3. Informações sobre recursos humanos da unidade

3.1 Composição dos recursos humanos

Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	831	83.333.607,19	817	81.133.209,41	859	100.006.000,64
Total Pessoal Próprio	831	83.333.607,19	817	81.133.209,41	859	100.006.000,64

Obs.: A composição das quantidades e correspondentes valores de despesas foram obtidos em consulta aos Programas de Recursos Humanos, e encontram-se disponíveis para consultas.

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	19	2.173.554,57	23	2.980.249,54	22	3.231.750,41

Obs.: Apresentamos, a seguir, a lista nominal dos ocupantes de cargos comissionados – sem vínculo – posição em dezembro/2009.

CARGOS COMISSIONADOS

	Funções	Lotação	Registro	Nome
01	SUPERINTENDENTE	SUPMAM	9314	SERGIO DE A. MATTOS
02	SUPERINTENDENTE	SUPLAN	9303	GABRIELA A. P. CAMPAGNA
03	SUPERINTENDENTE	SUPFIN	9349	ALBERTO H. AMORIM
04	SUPERINTENDENTE	SUPJUR	9370	MAURICIO F. DE MORAES
05	SUPERINTENDENTE	SUPADM	9390	AURELIO D. J. C. MOREIRA
06	GERENTE	DIDEHU	9391	ENIO DA SILVA FONSECA
07	GERENTE	GERANG	9306	FRANCISCO J A SILVA
08	GERENTE	DIVPAT	9304	JORGE COSTA
09	SECRETÁRIO DE DIRETORIA	DIRPLA	9316	MARIA V. DA C. ERTHAL
10	ENCARREGADO	DIAPES	9344	ANNE G. DOS S. ANDRADE
11	ENCARREGADO	DISENG	9327	LUANA F. GONÇALVES
12	ENCARREGADO	SUPMAM	9302	WELLINGTON B. QUEIROZ
13	ASSESSOR	DIRGES	9305	VITOR HUGO P. MARQUES
14	ASSESSOR	GABPRE	9307	CLAUDEMIR DE M. COMARU
15	ASSESSOR	ASSCOM	9310	ADRIANA C. S. CARNEIRO
16	ASSESSOR	GABPRE	9323	MARIA C. DA S. RAMALHO
17	ASSESSOR	DIRPLA	9324	MARINA C. G. DE ARAUJO
18	ASSESSOR	DIRARH	9352	EDUARDO G. DA SILVA
19	ASSESSOR	DIRARH	9353	LIVIO DE ANDRADE LUNA

20	ASSESSOR	DIRPLA	9377	RAPHAEL R. DOMENECH
21	ASSESSOR	ASSPRO	9378	SAMUEL J. E. M. FAYAD
22	ASSESSOR	DIRPRE	9393	ADALMIR J. DE SOUZA

Base: dezembro/2009

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	83	1.081.657,20	67	947.946,48	69	1.074.995,60
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	04	50.898,24	02	26.620,32	02	37.406,40
Pessoal Terceirizado Outras atividades	08	210.179,88	08	219.098,88	11	296.865,04
Estagiários	100	400.650,00	98	378.852,00	83	327.462,77

Obs.: As informações sobre estagiários foram fornecidas pela Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos. No entanto, cabe-nos comentar que nos exercícios de 2007 e 2008 foram concedidas bolsas para o limite máximo de 102 educandos de nível médio ou superior, indicados pelos agentes de integração conveniados, Centro de Integração Empresa Escola - CIEE e Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico-Social - MUDES. No exercício de 2009, o limite de concessão de bolsas passou a 105.

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	1	8.648,76	2	204.684,36	4	262.644,74
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	1	8.648,76	2	204.684,36	4	262.644,74

Obs.: Os requisitados de 2009 tratam-se do Superintendente de Meio Ambiente, Engenheiro Sérgio de Almeida Mattos, oriundo da Instituto Nacional do Ambiente – INEA, do Advogado Maurício Fernandes de Moraes, que atuou como Superintendente Jurídico e é funcionário da CEDAE/Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Engenheiro Enio da Silva Fonseca, que gerenciou a Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Engenheiro Aurélio de Jesus Costa Moreira, para a Superintendência de Administração. Esses dois últimos são provenientes da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Descrição:	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	59	7.513.752,70	63	8.162.228,15	60	7.732.379,65
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	4	445.287,20	3	427.185,04	1	65.291,15
Total Pessoal Cedido, em exercício na Unidade	63	7.959.039,90	66	8.589.413,19	61	7.797.670,80

Obs.: A seguir lista de cedidos com e sem ônus.

EMPREGADOS

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	07968	Marcos Maia Porto	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
02	08667	Demetrio Gomes de Bezerra	
03	08674	Geraldo Magela Esteves dos Reis	
04	08683	Luiz de Souza Cavalcanti	
05	08686	Márcio Ferreira Vianna	
06	08691	Maurino Janes	
07	08700	Washington Antunes de Abreu	
08	08719	Marco Antônio Dechichi	
09	08726	José Eduardo Madeira Magalhães	
10	08730	Itacir Cardoso Coelho	
11	08731	Antônio Gentil Neto	
12	08762	Maria Luiza Almeida Gusmão	
13	08765	Sonia Maria Peixoto de Lima	

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
11	08731	Antônio Gentil Neto	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
12	08762	Maria Luiza Almeida Gusmão	
13	08765	Sonia Maria Peixoto de Lima	

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08681	Ligia Maria de Oliveira Barros	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
02	08707	Marcos Antônio Lima das Neves	
03	08723	Maria de Lurdes dos Santos	
04	08724	Montesquieu Targino Alves	

Instituto de Seguridade - PORTUS			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	06019	José Camilo de Faria	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA

Escola Superior de Guerra – ESG			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08028	Laura Maria Corrêa de Sá Freire	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA

Prefeitura de Itajaí – SC			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08032	Luís Antonio Braga Martins	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/BSB			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08755	Cassandra Costa Albuquerque	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA

Ministério dos Transportes - MT/BSB			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08668	Denise de Velasco Oliveira	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
02	08680	Leomar Dutra de Moraes	
03	8696	Paulo Roberto de Noronha Denys	
04	08697	Regina Lucia Pereira Carmona	
05	08703	José Alexandre Santiago Vieira	
06	08705	Clóvis Baraúna Vieira	
07	08727	Pedro Carlos Antão	
08	08728	Eduardo Ferreira de Sena	
09	08733	Clarivaldo Carlos de Alcântara	
10	08736	Iesa Maria F. de Sá Barbuda	
11	08739	Silvia do Couto Gontijo	
12	08743	Maria Goretti N. Lemos Teixeira	
13	08757	Eurico Ferreira de Lemos Junior	
14	08760	Márcia Marise Dias Pisco Pinheiro	
15	08764	Tânia Maria F. e Fernandes	
16	08767	Armando Ribeiro Moreira	

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08687	Maria Bernadete Pimentel C. Nóbrega	COM ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
02	08695	Paulo Roberto Coelho de Godoy	
03	08754	Ana Maria da Silva Schiatti	

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	07510	Adilson Ribeiro de Lima	COM ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA

Advocacia Geral da União - AGU			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08756	Claudenize Maria F. Ferreira Avelar	ÔNUS PARA A CEDENTE

Casa Civil da Presidência da República			
	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	07988	Antonio Paulo dos Santos Pinto	ÔNUS PARA A CESSIONÁRIA
02	08081	Denise Paravato Tavares da Silva	
03	08004	Domenico Accetta	
04	08062	Paulo César da Silva Freire	
05	08064	Paulo César Maiorano	
06	08085	Wagner Santos Scisínio Dias	
07	08672	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça	
08	08677	João Alexandre Rio dos Reis	
09	08685	Luiz Ricardo Konarski	
10	08690	Martinho Cândido Veloso dos Santos	
11	08698	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos	
12	08702	Fernando Antonio Carvalho Baldiot	
13	08704	Marcos Paulo Bogossian	
14	08716	Fernando Victor Castanheira de Carvalho	
15	08717	José Ricardo Ruschel dos Santos	
16	08718	Hebert Gualberto de Souza	
17	08720	Luís Cláudio Menezes de Andrade	
18	08725	Ricardo de Almeida Maia	
19	08732	Ana Lucia Claro de Sena	

	2009	
	Qtde.	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	187	38.822.329,44
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	629	61.183.671,20
<i>Total Geral</i>	816*	100.006.000,64

***43 empregados afastados (Contrato Suspenso), completam o total de 859 empregados.**

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Não realizamos no citado exercício, contratações temporárias previstas na Lei 8.745/1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

3.3 Indicadores gerenciais sobre os recursos humanos instituídos pela unidade

- **Assiduidade** – é a relação entre o nº de horas trabalhadas e o nº de horas trabalhadas previstas.
Unidade: %
- **Otimização de Hora-Extra** – é a relação entre dispêndio total com hora-extra e o dispêndio total da folha.
Unidade: %
- **Acidentes de Trabalho** – é a relação entre o total de trabalhadores acidentados e o total de trabalhadores.
Unidade: %
- **Acidentes de Trabalho Fatais** – é a relação entre o nº de óbitos e o total de trabalhadores acidentados.
Unidade: %

	Em %	
	2009	2008
Assiduidade	96,9	96,2
Otimização de hora-extra	13,8	20,0
Acidentes de Trabalho	7,7	3,0
Acidentes de Trabalho Fatais	0,0	0,0

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC foi gerida, durante o exercício de 2009, por dois Superintendentes, sendo o primeiro deles, a Técnica em Serviços Portuários – TSP Kátia da Silva Gravina, Reg. 07520, até 30 de junho de 2009, e, dessa data em diante, o Especialista Portuário - ESP Sant'Clair Francisco de Paula, Reg. 01290. Ambos os gestores mantiveram suas atuações voltadas para melhoria nos padrões de resultado dos processos operacionais da própria Superintendência, diagnosticando as melhores maneiras de aproveitar ao máximo todos os recursos que estivessem efetivamente ao alcance, bem como aqueles que se encontravam sob a responsabilidade da Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES, gerenciada pela TSP Francisca Teresa S. de Almeida, Reg. 06806 e da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DIDEHU, gerenciada pela ESP Ana Maria Barcellos Modesto, Reg. 07983, até de 30/09/2009, e, desde então, pelo Administrador Enio da Silva Fonseca, Reg. 09391, cedido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

O propósito de mudança foi entendido como de importância iminente, e envolveu todas as unidades organizacionais subordinadas à SUPREC. Assim sendo, visando a disseminação de técnicas e experiências de última geração foram iniciados, no referido exercício, contatos com empresas capacitadas nas áreas de Sistemas de Recursos Humanos, Controle de Frequência, Auditoria, Arquivologia e Concursos Públicos.

Assuntos relevantes ocorridos no exercício

No ano de 2009, foi negociado em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Rio de Janeiro – S.T.S.P.P.E.R.J, o Acordo Coletivo de Trabalho para o biênio 2009/2011. A proposta final foi conduzida ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MPO para aprovação, e incluiu, além de reajustes nos benefícios sociais habitualmente concedidos, avanços importantes, tais como: a extensão do Incentivo à Educação aos dependentes de empregados que estiverem cursando o Ensino Médio, o Incentivo aos dependentes de empregados que forem portadores de Necessidades Especiais, o Incentivo à formação de Nível Técnico ou Superior, destinada exclusivamente aos empregados, a extensão da Licença Maternidade de 04 para 06 meses, bem como a concessão do auxílio funeral.

Em de 1º de julho de 2009, sob a administração do ESP Sant’Clair Francisco de Paula, foi implementado o Plano de Empregos Comissionados – PEC, que teve a sua primeira revisão em 1º de outubro de 2009, quando foi incluída a opção pela diferença entre a remuneração plena do emprego comissionado e a remuneração do emprego efetivo ou pelo recebimento de 20% da remuneração do emprego comissionado acrescido a remuneração do emprego efetivo, o que for mais vantajoso para o empregado.

O Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES foi implantado, visando estabelecer uma nova política de recursos humanos capaz de eliminar as distorções existentes e de promover a motivação dos profissionais da CDRJ, possibilitando um melhor aproveitamento de sua força de trabalho. O PCES pressupõe conceitos básicos da nova administração, dentre eles o da multifuncionalidade. O citado Plano concentrou toda a gama de profissionais da Companhia em quatro empregos e mantém um híbrido de progressão por tempo, valorizando muito a meritocracia. Do valor que se tem disponível para fazer progressão anualmente, 20% vai ficar alocado na progressão por tempo e 80% alocado na progressão por mérito. É um Plano que realinha os salários com os das outras Estatais. Sendo estabelecido como ponto de partida da remuneração, um piso para cada emprego.

O Plano de Empregos Comissionados - PEC e o Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES foram elaborados, sob as orientações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Diretor de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Engenheiro Ailton Fernando Dias e sua equipe.

A transposição do antigo Plano Unificado de Cargos e Salários – PUCS, em extinção, para o novo PCES, gerou significativa adesão dos empregados da CDRJ – que receberam indenização pela supressão da prática de horas extras, e, por conseguinte, significativa redução das mesmas. Vale esclarecer que do total de 791 empregados em condições de opção pelo Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES, 782 optaram o que corresponde a 99,11%, percentual que confirma o sucesso da adesão ao Plano.

No tocante a redução das horas extras realizadas, a implantação do novo Plano de Carreira, Empregos e Salários e a supressão total das horas extras praticadas habitualmente pelos empregados, em especial àqueles ocupantes de atividades administrativas, possibilitou uma redução média de 68,87% na quantidade e custo das horas extras praticadas no período de janeiro de 2004 a janeiro de 2010. No entanto, ainda permanecem elevadas as horas extras praticadas pelos órgãos componentes da DIRGES, próprios da atividade de fiscalização das operações portuárias praticadas nos terminais arrendados, e do DIRPRE, neste caso, as atividades da Guarda Portuária, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente.

Programa de Capacitação e Treinamento

A importância de R\$ 22.818,25 foi investida na capacitação de 47 empregados, sendo 33 de nível superior e 14 de nível médio.

A Fundação de Estudos do Mar - FEMAR patrocinou a realização de 10 cursos nas dependências da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, bem como ofereceu 6 cursos externos em suas instalações. Participaram desses cursos 166 empregados da CDRJ, sendo 69 de nível superior, 89 de nível médio e oito estagiários.

O Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO/RJ repassou a importância de R\$ 14.535,00, pela utilização das instalações da DIDEHU, com a finalidade de ministrar a grade de cursos para capacitação e certificação dos Trabalhadores Portuários Avulsos – TPA's prevista em legislação própria.

A DIDEHU manteve a gestão dos convênios com as seguintes entidades:

Objeto: Viabilizar estágio de estudantes como mecanismo de complementação do processo ensino/aprendizagem - Lei nº 11.788/2008.

Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico-Social MUDES
Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE

Objeto: Concessão de descontos nas mensalidades dos empregados e dependentes legais.
Universidade Estácio de Sá – Processo 7564/2004 – C-SUPJUR nº 091/2005
Universidade Gama Filho – Processo 6796/2004 – C-SUPJUR nº 032/2008
ABEU – Associação Brasileira de Ensino Universitário – Processo 3289/2002 –
C SUPJUR nº 38/02
Universidade Veiga de Almeida –Processo 7785/2002 – C-SUPJUR nº 049/2007

Objeto: Complementação escolar do Trabalhador Portuário Avulso, dos empregados da CDRJ, também abertas à Comunidade, pelo Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos – NACES/DOCAS

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

4 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Neste exercício foi deferida pela Receita Federal a adesão ao parcelamento de tributos federais (INSS, PASEP/COFINS) vencidos até novembro de 2008, bem como, dívidas não contempladas no parcelamento de INSS/COFINS/PASEP e respectivas atualizações.

O reconhecimento de despesas de valores registrados em processos de recuperação de créditos que foram indeferidos pela Receita Federal do Brasil.

Despesas com atualização do contrato de confissão de dívida para com o PORTUS, relativo ao PBP1.

Despesas com o Tesouro Nacional referente às diferenças entre os valores pagos pelos arrendatários e os valores cobrados pelo Tesouro sobre as operações de securitização (seção de crédito entre a CDRJ e o Tesouro).

Dívidas com a Prefeitura, relativas ao ISS, IPTU e Taxa de Foro.

Outras dívidas provenientes de ações Cíveis e Trabalhistas.

5 – Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

6 – Informações sobre as transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

7 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Nome / Razão Social / CNPJ

PORTUS – Instituto de Seguridade Social

CNPJ: 29.994.266/0001-89

Demonstrativo Anual

i) Valor total de pagamentos de empregados participantes: R\$ 32.749.908,64

ii) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

Contribuições pagas: R\$ 2.790.960,96

Empréstimos pagos: R\$ 588.036,45

iii) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:

Contribuições pagas	R\$ 2.790.960,96
Empréstimos pagos	R\$ 588.036,45
TOTAL	R\$ 6.383.703,67

iv) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:

A unidade de previdência complementar patrocinada informou que não recebeu outros recursos dentro do exercício de 2009, a não ser de contribuição e empréstimos de participantes.

v) Discriminação da razão ou motivo do repasse de que não sejam contribuições:

A unidade de previdência complementar patrocinada informou que não recebeu outros recursos dentro do exercício de 2009, a não ser de contribuição e empréstimos de participantes.

vi) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.

Os valores de aplicação não são segregados pela patrocinadora face ao plano de benefícios do PORTUS (PBP1) se pela modalidade unifundo. A fundamentação legal para as aplicações bem como seus respectivos limites, encontram-se fundamentadas na Resolução CMN n.3792 de 24/09/09.

vii) Manifestação da Secretária de Previdência Complementar (Determinações):

“1) O PORTUS deverá prestar esclarecimentos à Secretária de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega deste Relatório, informando sobre as ações e providências que foram tomadas para cobrança de cada uma das dívidas relacionadas as 104 planilhas citadas neste Relatório de Fiscalização, com as respectivas justificativas, e também sobre a cobrança judicial de cada dívida com atraso de pagamento superior a 90 dias, nos termos do parágrafo 2ª do Art. 62 do Decreto n. 4.942, d 30/12/2003.

2) O PORTUS deverá, no prazo de 30 dias a contar da entrega deste Relatório, encaminhar à Secretária de Previdência Complementar esclarecimentos e cópia do Termo de Confissão de Dívida com a patrocinadora CDRJ, de 18/12/1998, com respectivos anexos, bem como prestar informar sobre a desistência do PORTUS e a apelação interposta por terceiro à extinção do Processo nº 2004.001.025881-0 na 40ª Vara Cível/RJ, conforme mencionado no Termo de Homologação de 15/12/2008 junto ao Juízo de 26ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

3) O PORTUS deverá, no prazo de 30 dias a contar da entrega deste Relatório, encaminhar à Secretaria de Previdência Complementar quadro demonstrativo de todas as ações judiciais relativa a dívida de patrocinadoras, com explicação sobre a origem e composição das dívidas, o que foi pago e os desdobramentos das inadimplências em novos contratos e novas ações judiciais, de forma a apresentar uma “ árvore” de encadeamento lógico das dívidas e suas correspondentes ações judiciais.

4) O PORTUS deverá, prestar esclarecimentos à Secretaria de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega desta Relatório, sobre inclusão de contribuição de participantes em contrato de dívida com a DOCAS PB, recolhidas e não repassadas em 09 competências, relativas ao período de julho/2004 a fevereiro/2005, demonstrada no parágrafo primeiro da cláusula primeira e nos anexos do Primeiro Termo Aditivo assinado em 15/03/2005, relativo ao termo de Confissão de Dívida de 14/09/2004, ambos firmados com a Patrocinadora DOCAS PB, bem como encaminhar a documentação que dá evidência aos fatos ocorridos.

5) O PORTUS deverá, prestar esclarecimentos à Secretaria de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega desta Relatório, sobre as providências tomadas em relação aos impedimentos burocráticos do Governo do Estado do Amazonas em relação a patrocinadora SNPH poder efetuar o recolhimento de contribuições ao PBP1.

6) O PORTUS deverá, prestar esclarecimentos à Secretaria de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega desta Relatório, fundamentando detalhadamente as razões da desconsideração dos índices de rentabilidade de seus ativos como fator de atualização monetária das dívidas relacionadas as contribuições, apuradas no levantamento implementado pelo Grupo de Trabalho da Portaria nº 012/2007, tendo em vista as determinações do parágrafo 1º do Art. 15 do Regulamento do PBP1 vigente a partir de 19/12/2000 e do parágrafo 1º do Art. 34 do Regulamento de PBP1 vigente a partir de 22/08/2005.

7) O PORTUS deverá prestar esclarecimentos à Secretaria de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega desta Relatório, sobre os fundamentos legais que balizaram os critérios utilizados para inclusão de contribuições participantes indevidamente incluídas em contratos anteriores de parcelamento de dívidas no cálculo de dívidas das patrocinadoras, conforme mencionado no “Relatório de metodologia do Levantamento das Dívidas de Contribuições de Patrocinadoras” de 13/10/2008, bem como apresentar as providências a serem tomadas para dar solução definitiva a essas questões. (Vide folha 80/81)

8) O PORTUS deverá, prestar esclarecimentos à Secretária de Previdência Complementar, no prazo de 30 dias a contar da entrega desta Relatório, informando sobre a não contratação e não contabilização dos atrasos superiores a 60 dias em contas do grupo contábil 12.11.06.01 – Contribuições em Atrasos Contratadas, nos termos das normas estabelecidas nos Capítulos IV – Normas Gerais e V – Normas Específicas, resolução CGPC n. 5, de 30/01/2002, dos 52 cargos apresentados nesse Relatório: 07 casos descritos na folha 60 relativos a “Contribuições Não Pagas”, 09 casos descritos na folha 62 relativos a “Encargos Contribuições Pagas em Atrasos”, 17 descritos na folha 64 relativos à “Paridade Assistidos” e 19 casos descritos na folha 67 relativo à “Pensionistas”.

Considerações Finais

Face ao exposto e após os exames realizados, temos a esclarecer que o presente Relatório de Fiscalização é meramente informativo, não cabendo defesa ao mesmo. “Admitir-se-à apenas manifestação, no prazo concedido, acerca dos pontos objetos de Determinação por essa Secretaria de Previdência Complementar.”

viii) Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, conforme o disposto no inciso V do art. 22 da resolução 3506/2007 do conselho monetário nacional.

Alocação de Recursos				
Período de Referência: 01/2009 a 12/2009				
Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	27,00%	100,00%	45,00%
Renda Fixa	Médio Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%
Renda Fixa	Alto Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	50,00%	20,00%
Renda Variável	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0,00%	10,00%	0,00%

ix) Conclusões contidas no parecer da Auditoria Independente:

A unidade de previdência complementar patrocinada informou que o parecer da Auditoria Independente só será emitido ao final de março/2010, na aprovação do Balanço de 2009.

x) Conclusões sobre o último Estudo Atuarial:

Das informações fornecidas, em relação aos danos indicados pela avaliação Atuarial, destacam-se:

- a) A inclusão dos dados relativos a Participantes-Ativos da extinta patrocinadora PORTOBRAS, amparados pela resolução da Diretoria Executiva do PORTUS nº 69/90 de 19/10/1990.
- b) Revisão da classificação de participantes que provavelmente obterão aposentadoria segundo o regime especial.
- c) Obtenção das informações de jóia e fatores de débito.

As informações contábeis, utilizadas no estudo atuarial, foram extraídas do Balanço Patrimonial, produzido pelo PORTUS, e deveram ser auditadas por empresa independente de auditoria contábil.

- a) O ativo líquido do PBP1 sem descontar o Fundo Previdenciário de Oscilações de Riscos - Revisão de Benefícios R\$ 7.067.353,34, em 31/12/2008 monta a R\$ 441.756.905,50
- b) As despesas administrativas totais atingiram 24,50% das receitas de contribuições, estando acima do limite fixo no plano de custeio de 15% das receitas de contribuições.
- c) No pressuposto de que as despesas administrativas com o programa de investimento sejam abatidas diretamente das Receitas Financeiras verifica-se que durante o ano de 2008, o ativo líquido do PBP1 obteve rentabilidade nominal de 25,82% em face da Meta Atuarial desejada de 12,87% (INPC + 6%) indicando superávit de 11,88%.

Com base em informações prestadas pelo PORTUS, observa-se ainda que o Plano de Custeio adotado no exercício de 2008, não foi seguido na íntegra pelos patrocinadores, cabendo salientar que o PORTUS está em processo de cobrança judicial à União em relação às antigas contribuições de perda de patrimônio da extinta PORTOBRAS, tendo em vista que esta, na qualidade de sucessora não efetuou o pagamento previsto no regulamento do PBP1.

A constituição de fundo previdenciário no valor de R\$ 7.067.353,34 para cobertura de elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, o qual foi determinado, a metodologia expõe nova técnica para os cálculos, porém considerando-se apenas a diferença entre o valor das suplementações.

Do confronto das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdenciário com o respectivo Ativo Líquido Garantidor, verifica-se o surgimento do déficit contábil de R\$ 1.346.653.314,11, o qual decorre principalmente de:

- a) Descapitalização do PBP1 em razão de descumprimento da maioria da patrocinadora, quanto ao recolhimento ao longo dos anos de contribuições normais e extraordinárias.
- b) Plano de Custeio adotado inferior as necessidades do Plano.

Para determinação dos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2008 de PBP1 foram considerados os regimes, métodos e hipóteses atuariais detalhados na nota técnica atuarial.

- a) Observância as determinações da Resolução MPAS/CGPC n 18/2006
- b) Êxodos demográficos a partir da experiência quanto à sinistralidades do Plano no período de 01/1998 a 12/2007
- c) Indicações de hipóteses financeiras pelos patrocinadores do PBP1.
- d) Necessidades de capitalização do PBP1, segundo métodos internacionalmente aceitos.

Ressaltou-se que as provisões matemáticas são de responsabilidade do PORTUS a exatidão quanto à informação de seu valor, cabendo evidenciar que seus valores e prazos máximos de financiamento foram objeto de reavaliação neste estudo atuarial.

Por fim, recomendou-se:

- a) Providências quanto à composição da base de dados de despesas relativas à RSTA e sobre os grupos familiares (beneficiários).
- b) Ajuste das despesas administrativas com o programa previdenciário em relação as suas respectivas receitas.
- c) Verificar os efeitos da Resolução da Diretoria Executiva do PORTUS nº 69/90 de 19/10/1990, em face do que dispõe o item V e parágrafo 2º do artigo 15º do regulamento do PBP1. Inserir o Plano de Custeio vigente desde 15/12/2000, no regulamento visando assegurar maior transparência quanto à vigência do item V III art. 4 da Resolução CGPC nº 8/2004, bem como art. 31 da Resolução CGPC nº 26/2008.

xi) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art.25 da Lei Complementar nº 108/2001:

Informamos que no exercício de 2009, esta patrocinadora não procedeu com nenhuma ação de fiscalização junto ao PORTUS conforme expressa o artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

8 – Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não existe nenhum programa de financiamento externo no exercício.

9 – Informações sobre Renúncia Tributária

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

10 – Operações de Fundos

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

11 A – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

De acordo com a Auditoria Interna da CDRJ (SUPAUD), as informações deste item continuam as mesmas referentes ao Relatório de Gestão 2008, considerando que, esta Unidade Jurisdicionada ainda não recebeu o Relatório de Acompanhamento da Gestão do exercício de 2009 e, conseqüentemente, não foi elaborado um Plano de Providências para 2009. Sendo assim, colocamos abaixo o Plano de Providências de 2008.

11B – Determinações e recomendações do TCU

Quanto às diligências do Tribunal de Contas da União – TCU, encaminhadas à CDRJ no decorrer do exercício de 2009, relacionamos a seguir os números e datas das referidas decisões com as providências adotadas, objetivando o seu cumprimento:

Ofício nº 179/2009 – TCU/SEFIP/RJ, de 16/02/2009.

O Ofício acima refere-se ao Acórdão 186/2009 que notifica a CDRJ da necessidade de disponibilizar as admissões de pessoal no Sistema SISAC.

Providência: O referido Ofício foi atendido através de CARTA-DIRARH nº 4349/2009, de 10/03/2009.

Ofício nº 01/2009 – TCU/SECEX-RJ-GAB/RJ, de 26/03/2009.

O Ofício acima refere-se ao Encaminhamento do Relatório de Gestão ao TCU eletronicamente via sitio www.tcu.gov.br/contas.

Providência: O referido Ofício foi atendido pela Assessoria de Projetos Especiais – ASSPRO quando do encaminhamento do Relatório de Gestão do ano de 2008 e respondido pela CARTA – DIRPRE nº 6649/2009 .

Ofício nº 1315/2009 – TCU/SECEX-RJ 1º DT, de 08/06/2009.

O Ofício acima refere-se ao Acórdão nº 2631/2009, de 26/05/2009 sobre o processo de Representação TC-009.632/2009-1.

Providência: O assunto encontra-se em andamento na Companhia através do Processo nº 4366/2009

Ofício nº 2080/2009 TCU/SECEX-RJ 1º DT, de 24/09/2009

O Ofício acima refere-se à Prorrogação do prazo por mais 45 dias do determinado no Acórdão 2631/2009 – TCU.

Providência: A Companhia apresentará o Relatório Conclusivo da comissão designada para acompanhar o Processo nº 4366/2009.

Ofício nº 389/2009 TCU/SEFID, de 08/09/2009

O referido Ofício encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1904/2009 – TCU-Plenário, de 26/08/2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, proferidos nos autos do processo em epígrafe, que trata da auditoria operacional sobre o setor portuário marítimo brasileiro, realizada na Secretaria Especial de Portos (SEP), na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e nas principais administrações portuárias nacionais.

Providência: A Companhia tomou conhecimento do Acórdão nº 1904/2009 e do respectivo Relatório.

Ofício nº 2204/2009 TCU/SECEX-RJ, de 07/10/2009

Apresenta os auditores federais de controle externo, designados para realizar Inspeção de Conformidade, Registro Fiscalis nº 735/2009, em decorrência do Acórdão nº 1876/2009 – Plenário (TC 016.378/2009-4).

Ofício nº 2538/2009 TCU/SECEX-RJ 1º DT, de 13/11/2009

O Ofício acima refere-se às pendências para o saneamento da Prestação de Contas do exercício de 2005 (Processo TC – 015.206/2006-0).

Providência: Em atendimento ao referido ofício, as informações foram encaminhadas através da CARTA-DIRPRE nº 24239/2009, de 03 de dezembro de 2009.

Ofício nº 2798/2009 TCU/SECEX-RJ, de 14/12/2009

O Ofício acima refere-se ao processo de representação (TC 020.957/2009-3) e solicita informações acerca das providências adotadas à conta do requerido na representação.

Providência: O assunto está sendo tratado no âmbito da Diretoria de Administração e Recursos Humanos e foi respondido através da CARTA-DIRPRE nº 1029/2010, de 19/01/2010.

12 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	103	96
Desligamento	13	10
Aposentadoria	5	5
Pensão	-	-

Obs.: A diferença encontrada nos registros no SISAC ocorre, pois não é preciso lançar as admissões e desligamentos de ocupantes de cargo comissionado – não pertencentes ao quadro efetivo de pessoal.

Os atos de admissão decorreram por imperiosa necessidade de provimento de vagas em unidades operacionais que há muito demandavam de colaboradores.

Os desligamentos, em sua maioria, foram frutos de motivação particular (a pedido), e as aposentadorias ocorreram na modalidade de invalidez permanente.

Em atendimento à Recomendação do TCU sobre providenciar o registro dos atos de desligamento de pessoal no site TCU/SISACNet, informamos que O TCU/SISACNet manteve-se atualizado no exercício de 2009.

13 – Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

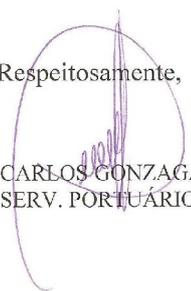


Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2009.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que esta DICTRA, utiliza programa disponibilizado pela DINFOR, no sistema pro jurídico, e está disponível no âmbito desta CDRJ, faltando apenas a liberação de senha junto ao órgão C.G.U, para transmissão das informações para a base do governo.

Respeitosamente,


LUIZ CARLOS GONZAGA
TÉC. DE SERV. PORTUÁRIO-TSP

14 – Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

Quadro B – Informações Contábeis da Gestão

1 – Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada:

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

2 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

3 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Balanço Patrimonial
(Em milhares de Reais)

	31/12/2009	31/12/2008
<u>ATIVO</u>		
Circulante		
Caixa e bancos	41.643	83.010
Contas a receber de clientes	18.127	19.336
Impostos a recuperar	3.258	49.288
Adiantamentos	921	829
Depósitos judiciais	4.774	4.497
Estoques	3.965	3.476
Outros valores a receber	8.672	9.387
Despesas antecipadas	0	0
	<u>1001.439</u>	<u>169.823</u>
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	111.440	104.890
Provisão para devedores duvidosos	(111.440)	(52.445)
	0	52.445
Recursos bloqueados – RSD	6.731	6.672
Títulos a receber	168	168
	<u>6.899</u>	<u>59.285</u>
Investimentos	584	577
Imobilizado	967.934	967.772
Diferido	1.455	2.037
	<u>969.973</u>	<u>970.386</u>
Total do Ativo	<u>1.058.232</u>	<u>1.199.494</u>
	31/12/2009	31/12/2008

PASSIVO

Circulante

Financiamentos externos	1.098	1.916
Fornecedores	8.935	10.206
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	608.280	426.392
Provisão para contingências	40.000	20.000
Provisão de férias e encargos	4.854	3.771
	663.167	462.285

Não Circulante

Arrendamento mercantil	176.948	339.411
Financiamentos externos	12.187	17.563
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	290.353	298.203
Adiantamentos de clientes	17.093	28.319
Arrendamentos	116.070	159.431
	612.651	842.927

Patrimônio Líquido

Capital social	1.753.628	1.619.242
Créditos da União para aumento de capital	7.821	128.735
Prejuízos acumulados	(1.979.035)	(1.853.695)
	(217.586)	(105.718)

Total do Passivo

	1.058.232	1.199.494
--	------------------	------------------

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	31/12/2009	31/12/2008
Receita operacional bruta		
Atividades portuárias	171.259	139.007
Arrendamentos	47.242	50.032
Atividades de pesquisas		
	218.501	189.039
Deduções da receita bruta		
Atividades portuárias	(13.280)	(10.611)
	(13.280)	(10.611)
Receita operacional líquida	205.221	178.428
Custos da operação		
Serviços portuários	(30.476)	(29.161)
Depreciação (serviços portuários)	(7.299)	(5.874)
Serviços de pesquisas	(10.593)	(10.032)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(55)	(55)
	(48.423)	(45.122)

Resultado operacional bruto		
Atividades portuárias	167.446	143.393
Atividades de pesquisas	(10.648)	(10.087)
	<u>156.798</u>	<u>133.306</u>
Outras receitas operacionais		
Receita patrimonial	8.094	6.603
Despesas operacionais complementares		
Despesas gerais e administrativas	(150.076)	(79.259)
Depreciação	(1.514)	(4.056)
Despesas financeiras líquidas	(158.679)	(145.665)
Constituição de provisões	(103.050)	(48.762)
	<u>(413.319)</u>	<u>(277.742)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários	(248.427)	(137.833)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas	124.572	46.122
Variações monetárias passivas	(14.474)	(146.361)
	<u>110.098</u>	<u>(100.239)</u>
Resultado operacional líquido	(138.329)	(238.072)
Receitas (Despesas) não operacionais		
Reversão de provisões	715	6.231
Receitas não operacionais	3.310	3.612
Despesas não operacionais	(41)	(337)
	<u>3.984</u>	<u>9.506</u>
Resultado do exercício	(134.345)	(228.566)
Quantidade de ações	<u>873.248.657</u>	<u>806.389.723</u>
Prejuízo por ação do capital social – em Reais	<u>(0,15)</u>	<u>(0,28)</u>

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)
 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
			Correção monetária do imobilizado			
Saldos em 01 de janeiro de 2008	1.496.211	117.915		23	(1.626.551)	(12.401)
Aumento de capital - AGE de 30/06/2008	123.031	(123.031)				0
Crédito da União para aumento de capital		128.236				128.236
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.615				5.615
Realização da reserva de reavaliação				(23)		(23)
Ajustes de exercícios anteriores					1.422	1.422
Prejuízo do exercício					(228.566)	(228.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.619.242	128.735		0	(1.853.695)	(105.718)
Ajustes de exercícios anteriores					9.005	9.005
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.681				5.681
Créditos da União para aumento de capital		7.791				7.791
Aumento de capital - AGE de 18/12/2009	134.386	(134.386)				0
Resultado do exercício					(134.345)	(134.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.753.628	7.821		0	(1.979.035)	(217.586)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria Especial de Portos - SEP, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário.

A integração do Plano de Modernização Portuária no Programa Nacional de Desestatização – PND, por força do Decreto nº 1.990/96, estimulou o processo de arrendamento das áreas e instalações portuárias, seguindo os preceitos da Lei 8.630/93.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas com observância aos princípios de contabilidade emanados da Lei 6.404/76 e alterações produzidas pela Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, consoante as práticas contábeis descritas na nota 3.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulantes.

c) Contas a receber de clientes

Esta rubrica refere-se aos recebíveis do Ativo Circulante e não Circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída com base em 100% das contas a receber de clientes do Ativo não circulante, montante julgado suficiente pela administração da companhia para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) **Estoques**

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

e) **Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

NOTA 4 – RECURSOS BLOQUEADOS - RSD

O valor de R\$ 6.731 mil (R\$ 6.672 mil em 2008), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, utilizado como garantia aos contratos de “leasing” da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a PORTOBRÁS, e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

NOTA 5 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Foi realizado no presente exercício o reconhecimento de despesas de valores registrados na “conta impostos a recuperar”, no valor de R\$ 45.315 mil, tendo em vista o indeferimento da Receita Federal nos processos de recuperação de crédito, protocolados no ano de 2006.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

Em 2003 ocorreu um sinistro de um bem incorporado a uma estrutura arrendada a terceiros. Este bem foi baixado como perda no exercício de 2003, no montante de R\$ 5.672 mil. A responsabilidade para substituição/ressarcimento do bem sinistrado é da empresa Arrendatária, pelo prazo máximo de vigência do contrato, que neste caso encerra-se em 2022. Em 2008 a CDRJ integralizou ao seu imobilizado o valor de R\$ 34.000 mil, mediante uma estimativa de ressarcimento, porém, em 2009 baixou este valor, pois optou por não reconhecer este direito, pela incerteza existente sobre o valor, o prazo, e a forma, se mediante substituição do bem, no final do prazo contratual.

Esta mudança de decisão não impactou o resultado, pois foram reconhecidas como receitas diferidas, e a baixa em 2009, ocorreu somente em contas patrimoniais.

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2009	Líquido 2008
Bens móveis	190.572	(162.171)	28.401	23.105
Bens imóveis	731.338	(104.745)	626.593	665.950
Imobilizado a classificar	6.651	(593)	6.058	1.615
Imobilizado em andamento	306.882		306.882	277.102
	1.235.443	(859.916)	967.934	967.772

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$13.285 mil (R\$ 19.479 mil em 2008), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de reestruturação da dívida externa de médio e longo prazo do setor público junto aos credores do setor privado, ajustado à taxa cambial vigente na data do balanço e acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Discriminação	Em milhares de Reais	
	31/12/2009	31/12/2008
Circulante	1.098	1.916
Não circulante	12.187	17.563
	13.285	19.479

NOTA 8 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tendo sido registrados no Ativo e Passivo não Circulantes.

No exercício de 2009 não houve pagamentos aos agentes financeiros, tendo em vista que tais contratos estão sendo analisados pelo Ministério Público e encontram-se ajuizados na 3ª Vara Federal.

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido em 16 de dezembro de 2005.

O total bloqueado em 31/12/2009 monta em R\$ 140.117 mil, excedendo ao Alvará Judicial em R\$ 4.431 mil. Em relação ao valor contábil de R\$ 90.426 mil, o excesso passa a representar o valor de R\$ 49.691 mil. O saldo dos contratos de leasing em 31.12.2009 é da ordem de R\$ 176.948 mil (339.411 mil em 2008), valores esses reduzidos no presente exercício em razão da valorização do Real frente a moeda Americana, a posição da dívida dos contratos de Leasing foi reduzida em R\$82.110 mil. A variação cambial positiva foi registrada como receita e os juros e multas contratuais como Despesas Financeiras.

Os contratos estão registrados no passivo não circulante, por se tratarem de valores ajuizados e com remota probabilidade de execução no próximo exercício, tendo a seguinte composição:

	Em milhares de Reais	
	31/12/2009	31/12/2008
Cia. Inter-Atlântico	90.426	113.745
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico	(140.117)	(59.762)
Unibanco Leasing S/A	40.814	51.376
Comind Leasing S/A	10.376	13.081
Manufactures Hannover	175.447	220.971
	<u>176.946</u>	<u>339.411</u>

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CONTRATUAIS

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e as parcelas a pagar ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrentes dos termos de confissão de dívida (vide nota 14). Essas obrigações têm a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
INSS	46.470	169.167		
FGTS	696	497		
PORTUS – Instituto de Seg. Social	193.991	159.366	75.956	70.100
COFINS/PASEP	17.024	82.244	2.321	2.532
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	37.127	31.532	162.555	168.989
Salário educação	1.250	8.230		2.348
Depósito em garantia de serviços	6.075	5.603		
Retenções contratuais	1.619	1.366		
Remunerações/honorários	3.786	6.657		
PGFN	219.582	8.436	49.521	54.234
Contrato Libra/Tecon	67.640	14.492		
Outros	6.198	5.982		
	<u>608.280</u>	<u>426.392</u>	<u>290.353</u>	<u>298.203</u>

O montante a pagar ao PORTUS decorre de dívida referente a contribuição patronal que foi reconhecida através de termos de confissão de dívidas assinados em setembro de 2005 e dezembro de 2008. O valor atualizado do acordo é de R\$ 240.756 mil (R\$205.061 mil em 2008), tendo como base de atualização o INPC-IBGE acrescido de juros de 1% a.m. Como consequência da assinatura do termo em setembro de 2005, foi registrada uma parcela adicional de R\$ 37.933 mil, referente à Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, que é uma contribuição que foi reconhecida pelas patrocinadoras, decorrente de ingressos de funcionários em seus quadros com tempo de serviço anterior ao de sua admissão, que se aposentaram com direito aos benefícios do PORTUS.

A dívida com o ISS é objeto de cobrança judicial e as respectivas ações estão em fase de execução, tendo sido liquidado em 2009, o montante de R\$ 5.835 mil, (R\$ 6.184 mil em 2008), com recursos próprios, mediante bloqueio do percentual de 5% sobre o faturamento da companhia.

A dívida com a PGFN refere-se ao parcelamento Excepcional- PAEX, autorizado pela MP 303/2006, relativa à taxa de foro e de ocupação incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil), acrescido do Pasep e Cofins. No presente exercício a Companhia aderiu ao REFIS 4 (Lei 11649/2009), para parcelamento de dívidas previdenciárias, Pasep, Cofins.

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém várias ações judiciais, trabalhistas e cíveis, entretanto, no estágio em que se encontram, não é possível estimar o valor das possíveis perdas além daquelas correspondentes aos processos em fase de execução.

A provisão para contingências, em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 40.000 mil (R\$ 20.000 mil em 2008), registrada no passivo circulante, foi constituída segundo a avaliação da Superintendência Jurídica desta Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores, representando 100% do provisionado no exercício anterior.

Neste exercício, as baixas constituídas em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 22.552 mil.

NOTA 11 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A rubrica ‘adiantamentos de clientes’ corresponde a valores recebidos da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, para liquidação a partir de janeiro de 2007, mediante compensação com o faturamento de arrendamento do terminal de carvão do Porto de Sepetiba, estando registrada no Passivo não Circulante no montante de R\$ 17.093 mil, (R\$ 28.319 mil em 2008), sendo atualizada pelo IGP-M, conforme contratado.

NOTA 12 – ARRENDAMENTOS

A conta de arrendamentos registrada no passivo não circulante refere-se a receitas recebidas antecipadamente dos contratos de arrendamento e vem sendo diferidas atendendo os prazos contratuais.

NOTA 13 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social no valor de R\$ 1.753.628 mil (R\$ 1.619.242 mil em 2008), está representado por 873.248.657 ações (806.389.723 ações em 2008), totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Quantidade de ações			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	436.560.794	436.560.793	873.121.587
Governo do Rio de Janeiro	63.498	63.497	126.995
Outros	38	37	75
	436.624.330	436.624.327	873.248.657

NOTA 14 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Esse grupo é composto das seguintes despesas:

Discriminação	Em milhares de Reais	
	2009	2008
Pessoal e Encargos	68.300	54.536
Serviços de Terceiros	8.621	7.634
Despesas Contrato Libra/Tecon	14.138	8.128
Despesas Tributárias	52.262	2.073
Outras	6.754	6.888
Total	150.075	79.259

O grupo das despesas gerais e administrativas foi aumentado de R\$ 79.259 mil, em 2008 para R\$ 150.075 mil em 2009, basicamente referente aos pagamentos de diferença salarial, proveniente do novo Plano de

Cargos e Salários, reconhecimento da atualização dos contratos de Cessão de Créditos Libra/Tecon e reconhecimento na despesa dos tributos indeferidos pela Receita Federal.

NOTA 15 – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 158.679 mil (R\$ 145.665 mil em 2008), têm como maior expressão as despesas de juros sobre encargos Tributários e Trabalhistas provocado pelo reconhecimento da atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e da Sepetiba Tecon e atualização dos Tributos Federais para inserção no parcelamento do Refis 4 - Lei 11641/2009.

NOTA 16 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

Foi constituído em 2003 um grupo de trabalho paritário com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS e apurar seu déficit atuarial.

O referido grupo, assessorado pela empresa Globalprev contratada pelo PORTUS, apresentou propostas sugerindo medidas a serem implementadas pelas patrocinadoras com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano.

Em novo relatório apresentado pela CESAT-CONSULTORIA ESTATÍSTICA ATUARIAL, o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, monta em R\$ 484.853.640,83, devendo esse valor ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União.

Durante o exercício de 2008, foram repassadas ao PORTUS, contribuições de empregados e contribuição patronal, nos montantes de R\$ 3.044 mil e R\$ 2.674 mil, respectivamente (R\$ 3.344 mil e R\$ 1.373 mil, em 2007).

NOTA 17 – REMUNERAÇÕES

Na forma do artigo 43º § 1º do Estatuto Social da CDRJ, foram as seguintes remunerações pagas pela CDRJ a empregados e administradores (base dezembro de 2009):

Categoria	Em Reais		
	Menor	Maior	Média
Administradores	17.886,60	18.828,00	18.289,98
Empregados	1.174,29	17.256,14	5.700,95

NOTA 18 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste exercício, a CDRJ creditou à conta de “prejuízos acumulados” o montante de R\$ 9.005 mil, (crédito R\$ 1.422 mil em 2008), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência dos exercícios anteriores.

NOTA 19 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a companhia apurou prejuízo de R\$ 134.345 mil (R\$ 228.566 mil em 2008). A administração está dando seguimento ao plano de saneamento financeiro desta companhia que compreende, principalmente, aportes de capital pelo acionista majoritário (R\$ 7.791 mil recebidos neste exercício e R\$ 128.236 mil em 2008), renegociação de obrigações fiscais e trabalhistas, contenção de custos e reestruturação de atividades operacionais.

NOTA 20 – AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007

Além das modificações que foram realizadas no exercício anterior, tais como: a elaboração do fluxo de caixa, encerramento da reserva de reavaliação, reformulação do Plano de Contas e transferência do resultado de exercícios futuros para o passivo não circulante, a CDRJ vem buscando adaptar-se as modificações introduzidas sob a forma da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, com estudos para implantação do novo sistema corporativo, bem como a capacitação de pessoal no conhecimento das constantes modificações da Lei.

NOTA 21 – RENEGOCIAÇÃO FISCAL COM BASE NA LEI 11.941/2009

Com o objetivo de buscar o saneamento fiscal, a CDRJ obteve deferimento da adesão à renegociação junto à Secretaria da Receita Federal, dos impostos Previdenciários e demais débitos tributários.

NOTA 22 – IMPACTO SOBRE AS RECEITAS OPERACIONAIS

O faturamento da CDRJ foi impactado de forma negativa em R\$ 29.843 mil, neste exercício, pelo fato de existirem 03 operações de securitização com o Tesouro Nacional.

As operações de Securitização comprometeram o resultado da Companhia pelo fato de terem sido consideradas como uma Cessão de Crédito e não uma operação de empréstimo emergencial para saldar dívidas fiscais e trabalhistas.

JORGE LUIZ DE MELLO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 510.709.017-68

ELIANE PINTO BARBOSA
DIRETORA
CPF Nº 372.049.127-72

HELIO SZMAJSER
DIRETOR
CPF Nº 553.615.367-68

AILTON FERNANDO DIAS
DIRETOR
CPF Nº 509.330.436-00

MARA CELIA DA SILVA MELO
CONTADOR CRC – RJ 44.416/O-7
CPF Nº 733.408.557-49

4 – a) Composição acionária do capital social indicando os principais acionistas e respectivos percentuais:

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social no valor de R\$ 1.753.628 mil (R\$ 1.619.242 mil em 2008), está representado por 873.248.657 ações (806.389.723 ações em 2008), totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Quantidade de ações			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	436.560.794	436.560.793	873.121.587
Governo do Rio de Janeiro	63.498	63.497	126.995
Outros	38	37	75
	436.624.330	436.624.327	873.248.657

b) Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora)

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5 – Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito:

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos, Srs.

**Diretores, Conselheiros e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**

Rio de Janeiro – RJ.

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO –CDRJ em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das Práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. A Companhia efetuou em dezembro de 2009 uma provisão para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 40.000 mil (R\$ 20.000 mil em 2008). Esta provisão foi constituída a partir da avaliação da Superintendência Jurídica da Companhia, conforme estatística dos dispêndios dos exercícios anteriores. Contudo, não foi possível emitirmos uma opinião em relação a esta provisão devido ao não recebimento de todos os relatórios jurídicos e a incompreensibilidade dos relatórios jurídicos fornecidos.
4. Conforme menciona o item 16 das Notas Explicativas, a Companhia participa como patrocinadora de um fundo de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

A PORTUS apresenta um elevado déficit técnico no plano de benefícios da CDRJ, no valor de R\$ 453.919 mil, sendo que a CDRJ reconhece uma obrigação no montante de R\$ 269.947 mil, ou seja, não foi reconhecida obrigação no montante de R\$ 183.972 mil.
5. As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008 através da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09. A Empresa, por sua vez, não adotou todas as modificações normatizadas no exercício de 2009, e conforme mencionado na nota explicativa 20, está em fase de implantação. Devido ao prazo de realização dos nossos trabalhos de auditoria, não foi possível apurarmos o efeito dessas alterações sobre as demonstrações financeiras dos exercícios de 2009 e 2008.
6. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos mencionados nos parágrafos 3 e 4, e os possíveis efeitos mencionado no parágrafo 5, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, das mutações do seu passivo a descoberto e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. A Companhia vem apresentando, sistematicamente, ao longo dos últimos anos, Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto). Neste exercício o patrimônio líquido fechou negativo em R\$ 217.586 mil (negativo em R\$ 105.718 mil em 2008). Este fator indica que a continuidade da companhia depende de imprescindível complementação para sua reestruturação financeira, bem como de aporte de capital pelo acionista majoritário, conforme indicado no item 19 das Notas Explicativas.
8. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e fluxo de caixa desse exercício, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes conforme parecer emitido em 04 de março de 2009, com as mesmas ressalvas 3 a 5, e as seguintes:
- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída apenas em KR\$ 52.445, valor considerado insuficiente face ao volume total das contas a receber classificadas como Realizável a Longo Prazo que, em 31 de dezembro de 2008, estavam assim compostas: Contas a Receber em Cobrança Judicial KR\$ 49.934, Contas a Receber Contestadas KR\$ 38.564 e Contas a Receber KR\$ 16.395, totalizando KR\$ 104.894. Em nosso entendimento, todo o valor de contas a receber a longo prazo deveria ser provisionado.
 - A companhia mantém registrado no Ativo não Circulante, o valor de KR\$ 6.672, relativo ao recebimento da extinta PORTOBRÁS, a título de reembolso de serviço de dragagem – RSD e utilizado como garantia de contratos de leasing daquela extinta empresa e que foram bloqueados pela 3ª. Vara Federal do Rio de Janeiro, por ação judicial dos agentes financeiros das operações de leasing. Não há provisão para perdas sobre créditos referente a esse valor.
 - A Cia. Docas do Rio de Janeiro está pleiteando e requerendo restituição dos valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica que considera ter recolhido indevidamente, em decorrência da apropriação do valor da securitização do arrendamento do Terminal de Containers do Porto de Sepetiba (Itaguaí). Este procedimento está embasado em relatório de um grupo de trabalho interministerial, formado por técnicos do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes e da CDRJ, denominado “ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA E ESTUDO DE FONTES ADICIONAIS DE RECEITAS PARA O FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ”, onde foi concluída a contabilização, em 1998, do valor de R\$ 161,67 milhões, proveniente de receitas de arrendamento, de forma inadequada.
Esta operação se trata de um empréstimo tomado pela companhia junto à União com garantia de arrendamento no período de 1998 a 2023 (276 parcelas). Pelos Princípios Contábeis, a apropriação das receitas deveria ter sido efetuada obedecendo ao regime de competência. Por outro lado, existe também um relatório de uma empresa especializada em recuperação de tributos (Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento – FUBRAS) embasando tal recuperação.
 - A companhia tem, sistematicamente, contabilizado receitas e despesas de exercícios anteriores em conta de ajuste de resultados de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido, impedindo que se possa aferir, efetivamente, o seu desempenho no exercício, corrente. O ajuste em 2008 foi de KR\$ 1.422 e em 2007 foi de KR\$ 5.169, ambos a crédito de ajuste de resultados de exercícios anteriores.
9. A empresa procedeu a regularização das ressalvas mencionadas acima, conforme descrito nas notas explicativas 3.c, 4, 5, 8 e 23.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2010.

JOSÉ ISAIAS HOFFMANN
Contador CRC (SC) nº 022.566/O-S-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



Quadro C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins.

13 – a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal:

CONSELHOS	Conselheiros	REMUNERAÇÃO (RS)
ADMINISTRAÇÃO	Jorge Luiz de Mello	23.532,10
	Sérgio Magalhães Gianetto	25.335,86
	Julio Cesar Carmo Bueno	23.337,10
	Ana Lucia Ribeiro da Silva	21.584,60
	Milton Ferreira Tito	23.337,10
	Aluisio Augusto de Queiroz Braga	23.226,39
	Fernando Victor C. Carvalho	23.226,39
	I) Total CONSAD	163.579,54

FISCAL	Delmo Manoel Pinho*	5.889,63
	Jorge Fernando da Cunha Filho**	17.668,89
	Karla Andrea R. dos Santos	25.103,27
	Pedro da Costa Carvalho	25.103,27
	Vinicius de Mendonça Neiva	25.103,27
		II) Total CONFIS
CONSAD + CONFIS	TOTAL GERAL I + II	232.465,87

*Janeiro a Março de 2009

**Abril a Dezembro de 2009

- b) Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo:



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2010.


LEILA F. MAXIMIANO
Secretaria de Órgãos Colegiados

Em, 31 de maio de 2010.

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente